

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS  
RELAÇÕES ENTRE O ESPECIALISTA E A  
MÃE/CUIDADORA ESPECIAL.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Jalusa Oliveira da Silveira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2010**

**FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS  
RELAÇÕES ENTRE O ESPECIALISTA E A  
MÃE/CUIDADORA ESPECIAL.**

**por**

**Jalusa Oliveira da Silveira**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) para a obtenção do título de **Mestre em Educação**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Alcione Munhóz.

Santa Maria, RS, Brasil  
2010

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso Graduação em Educação Especial**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de  
Mestrado

**FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE  
O ESPECIALISTA E A MÃE/CUIDADORA ESPECIAL.**

elaborada por

**Jalusa Oliveira da Silveira**

como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação

**Comissão Examinadora:**

---

**Maria Alcione Munhóz, Dr<sup>a</sup>.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Fabiana de Amorim Marcello, Dr<sup>a</sup>. (ULBRA)**

---

**Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, 13 de agosto de 2010.

Dedicado à minha vó, Almerinda,  
minha mãe, Sonilda e minha irmã,  
Helena. Pelo sentido de força que  
essas três gerações de mulheres  
vêm produzindo.

À memória de meu pai, Breno.  
Pelos anos que viveu para a nossa  
família e pela doçura do amor que  
sempre me doou.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que contribuíram para minha chegada até aqui não é tarefa fácil, pois embora uma dissertação, pela sua finalidade acadêmica, seja um trabalho individual, se tece por trás uma rede de apoio, cooperação e carinho que não posso deixar de realçar. Meu maior receio ao trazer para essas linhas um agradecimento seletivo, antes de decidir quem incluir é deixar de mencionar alguém. Então, a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu efetivasse meu desejo de estudo, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Para uma pessoa impaciente que sou, posso dizer que este trabalho foi uma espécie de *estado da arte* de todos os meus limites, temores, controvérsias e inspirações e é por isso que só poderia iniciar agradecendo à minha família, em especial aos meus pais, porque sempre me apoiaram em todos os momentos, incondicionalmente. Ao meu pai (em memória) agradeço pela participação constante em minha vida, nos anos em que convivemos e agora, na força do meu pensamento. Sei que está sempre ao meu lado, me ajudando a continuar crescendo. À minha mãe, agradeço pelo exemplo diário de perseverança e coragem. Em especial pela sua crença absoluta na minha capacidade de realização e por me ensinar que mais importante que voar para o alto, é aprender a voar para dentro de mim mesma.

Não posso deixar de agradecer a duas pessoas indispensáveis para minha felicidade: à minha irmã, por estar sempre perto, sempre ajudando e compartilhando sua alegria de levar a vida e ao Márcio, pelo amor, pelo companheirismo e especialmente por não me deixar calar ao me flagrar pensando em emudecer minhas batalhas.

Também quero trazer para o texto, aqueles que já o percorrem nas entrelinhas e inicio agradecendo por ter cruzado o caminho de uma pessoa especial que deu voz a muitas de minhas inquietações. À Leandra, professora, amiga, terapeuta, obrigada por me encorajar sempre e me incentivar a seguir em frente.

À Marlei, tão importante na consolidação deste estudo, quero agradecer carinhosamente pela convivência, pelas conversas e especialmente por ter sido

possível presenciar seu envolvimento com o NEPES e sua dedicação às crianças e às mães/cuidadoras.

À prof<sup>a</sup> Maria Alcione, minha orientadora, agradeço por ter acreditado em meu projeto e pela confiança em minhas escolhas teóricas.

Agradeço ao PPGE, pelo apoio sempre cordial, em especial à Bete, pela gentil atenção e experiência compartilhada.

À banca deste estudo, prof<sup>a</sup> Márcia e prof<sup>a</sup> Fabiana, agradeço carinhosamente por aceitarem contribuir de forma tão valiosa com minha formação.

Agradeço aos sujeitos participantes desta pesquisa, estagiárias do NEPES e de forma muito especial às mães/cuidadoras especiais, por terem aceitado fazer parte do meu estudo e principalmente por me permitirem adentrar em suas vidas, conhecer suas dores e vislumbrar seus sonhos.

Por fim e mais importante, obrigada a Deus, por colocar em meu caminho todas essas pessoas e pela oportunidade de crescimento.

*Escrever é um caso de devir, sempre inacabado,  
sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer  
matéria vivível ou vivida.*

*Gilles Deleuze, A Literatura e a Vida, in: Crítica e Clínica*

*O que vou fazer é, simplesmente, explorar algumas  
palavras e tratar de compartilhá-las.*

*Jorge Larrosa, Notas sobre a experiência e o saber da  
experiência.*

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-graduação em Educação  
Universidade Federal de Santa Maria

### **FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESPECIALISTA E A MÃE/CUIDADORA ESPECIAL**

AUTORA: JALUSA OLIVEIRA DA SILVEIRA  
ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA ALCIONE MUNHÓZ

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, RS, 13 de agosto de 2010.**

Este trabalho que ora se apresenta propõe uma aproximação com estudos de vertente pós-estruturalista, buscando lançar outros olhares a questões consideradas naturalizadas no campo social e cultural a respeito das relações entre cuidado feminino/materno e família. Pensando ser possível estabelecer um diálogo entre gênero e educação, embora mantendo as diferenças que constituem esses dois universos culturais, este trabalho propõe problematizar os discursos sobre a maternidade e o atravessamento destes na produção do papel feminino na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência. O lócus da pesquisa foi o Projeto de Estimulação Essencial do NEPES e a materialidade do estudo esteve atrelada à análise dos fragmentos de falas articulados pelas participantes do projeto - mulheres do grupo de cuidadoras - acerca de seus papéis diante da maternagem de crianças com deficiência e pelas estagiárias do Curso de Graduação em Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria, que atenderam as crianças do projeto. Buscando fazer uso de parcelas do pensamento de Michel Foucault, principalmente acerca das relações de saber e poder e do governo das condutas, evidencia-se a intenção de compreender de que forma as práticas discursivas colocadas em funcionamento pelos especialistas da educação especial se constituem em estratégias de governo das condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência. A partir da materialidade do estudo foi possível perceber como os discursos vêm, historicamente, produzindo uma racionalidade imanente para os cuidados femininos/maternos, especialmente no campo da deficiência, bem como caracterizar um conjunto de discursos ligado a uma *expertise* que, apoiada num aparato de saber pedagógico, articula esse saber às estratégias de governo das mães/cuidadoras especiais, retratando assim a legitimação política da autoridade do especialista.

Palavras-chave: maternidade/cuidado, expertise, relações de saber e poder, governo.

## **ABSTRACT**

Master of Science Dissertation  
Graduate Program in Education  
Universidade Federal de Santa Maria – RS, Brazil

### **FAMILY AND EDUCATION: A LOOK ON THE RELATIONS BETWEEN SPECIALIST AND MOTHER / SPECIAL CAREGIVER**

AUTHOR: JALUSA OLIVEIRA DA SILVEIRA  
ADVISER: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA ALCIONE MUNHÓZ

**Location and Date of Presentation: Santa Maria, RS, 13 of august of 2010.**

This work proposes an approach with studies of post-structuralist side, seeking to launch other looks for questions considered naturalized in the social and cultural field on the relationship between female/maternal care and family. Thinking it was possible to establish a dialogue between gender and education, although maintaining the differences that constitute these two cultural universes, this paper aims problematize the discourses about motherhood and the crossing of the production of the female role in the family, especially with regard to the care of children with deficiency. The locus of the research was the Design of Stimulator Essential NEPES and the materiality of the study was tied to the analysis of fragments of discourse articulated by the project participants - the group of women caregivers - about their roles in the face of mothering children with deficiency and for interns of the Undergraduate Program in Special Education - Full Degree, University Federal of Santa Maria, who treated the children of the project. Seeking to make use of portions of the thought of Michel Foucault, especially about the relationship between knowledge and power and governance of conduct, it is clear the intention to understand how the discursive practices put into operation by experts in special education is a strategy government conducts female/maternal for the care of children with deficiency. From the materiality of the study was possible to see how the discourses have historically produced an immanent rationality care for female/maternal, especially in the deficiency field, and characterize a set of discourses connected to an expertise that, underpinned by an apparatus pedagogical knowledge, knowledge that articulates the governance strategies of mothers/caretakers special, thus portraying the political legitimacy of the authority of the expert.

Keywords: maternity/care, expertise, knowledge and power relations, governance.

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – Carta de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa

ANEXO B – Autorização Institucional (NEPES)

ANEXO C – Autorização Institucional (Coordenação do Curso)

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (mães/cuidadoras)

ANEXO E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (estagiárias)

ANEXO F – Termo de Confidencialidade

## SUMÁRIO

<b>INICIANDO A CAMINHADA.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>	<b>23</b>
1.1 (Des)construindo caminhos .....	23
1.2 Sujeitos da pesquisa.....	27
1.3. Das ferramentas conceituais.....	28
<b>CAPÍTULO 2 – O CUIDADO FEMININO/MATERNO: POR UMA RACIONALIDADE IMANENTE.....</b>	<b>32</b>
2.1. O cuidado feminino/materno no registro da deficiência.....	42
<b>CAPÍTULO 3 - A PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO.....</b>	<b>50</b>
3.1. O especialista e a mãe cuidadora especial: estratégias de união a serviço do gerenciamento do risco.....	57
<b>PARA NÃO CONCLUIR.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>

## INICIANDO A CAMINHADA

*“De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e a refletir (...) tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe.”*  
(FOUCAULT, 2006, p. 13)

Sempre que me vejo diante da difícil tarefa de iniciar um texto, me reporto a essa ideia de desassossego que Foucault remete e isso me ajuda a, enfim, começar. Melhor dizendo, isso me ajuda a problematizar, antes de tudo, o meu papel como autora e a definir o lugar do qual eu falo, pois trazer para este trabalho a inserção da minha própria realidade me impulsiona a começar. Não falo de simplesmente começar uma escrita, mas começar o exercício de pensar diferentemente do que vinha pensando.

No entrecruzamento de discursos enunciados no cotidiano, diversas vezes suspendemos verdades e não obstante as colocamos em cheque, sendo quem sabe aí, o momento em que começamos efetivamente o exercício de pensar diferentemente do que vínhamos pensando, momento em que, numa descontinuidade, podemos romper com o delírio de eternizar o que já sabíamos.

Num desses entrecruzamentos, uma frase em especial ouvida no filme, *Eu, meu irmão e nossa namorada*, dirigido por Peter Hedges me possibilitou a suspensão a que me refiro. Dizia um dos personagens numa cena: “o amor não é um sentimento, é uma habilidade”. Então, de imediato, junto com as leituras que vinha fazendo sobre a minha pesquisa, pude estabelecer a conexão que me fez pensar como o amor é uma construção e, nessa ordem, é aprendido. Esta verdade produzida por mim reforçou minhas idéias de que não somos seres inerentes às coisas, nós é que produzimos as coisas; somos seres históricos, atravessados por discursos que produzimos e que nos produzem. Nossas vivências, alegrias e tristezas, vitórias e frustrações nos permitem traduzir e interpretar o mundo sob discursos que estão a subjetivar o nosso desejo.

Dessa forma, uma pesquisa também se origina da vontade, do desejo e, principalmente, do que desacomoda. E aqui me aproprio da ideia de Corazza para dizer que a pesquisa nasce da insatisfação com o já sabido, pois “somente nessa condição de insatisfação com as significações e verdades vigentes é que ousamos tomá-las pelo avesso, e nelas investigar outras redes de significações” (2002, p.111).

É neste contexto, de um discurso que opera como construção social e busca constantemente redes de significação, que fui atravessada pela temática da família e da relação desta com a educação especial, mais especificamente da relação entre a mãe/cuidadora da criança com deficiência e o profissional da educação especial. É assim, portanto, que agora situo no texto um pouco de minha história pessoal, como forma de delinear algumas escolhas/incômodos que me trouxeram até aqui e me possibilitaram iniciar uma caminhada por esses intercursos.

Início dizendo que muito do interesse que construí pelas dinâmicas da família e pelos estudos acerca dela, é fruto de experiências que marcaram minha história de vida, as quais incitam até hoje escolhas e incômodos. Durante minha infância vivenciei situações que me permitiram significar de maneira bastante sólida as representações sobre a família e a importância dessa instituição para o desenvolvimento psíquico e social do sujeito. Posso citar, por exemplo, que das naturalizadas “incumbências de mãe”, como preparar a mamadeira ou acordar no meio da noite quando a criança tem um pesadelo, era meu pai quem exercia e, aos meus olhos, isso nunca tornou minha mãe uma *mãe má*, pois aquela maquinaria seguia um funcionamento *comum*. E nesse contexto, constituí a ideia de que a família é, obviamente, fundamental a todo sujeito, porém os cuidados exercidos nesse espaço não estariam necessariamente – no que se referia à minha concepção - atrelados ao gênero.

Quando iniciei a graduação em educação especial essa perspectiva da família como instituição “forte” e de participação efetivamente necessária na vida de uma criança já permeava minhas representações. No decorrer de minha formação essa ideia se fortalecia calcada no discurso de professores, ratificando, dentro desse regime de verdade, a importância de estabelecer parcerias entre a família e o educador especial. Nesse sentido, entretanto, eu ainda não havia me deparado com situações que evidenciassem o quão difícil poderia ser construir essas parcerias,

pois foi a partir do meu primeiro *confronto com o já sabido* que comecei a suspender certos julgamentos prévios.

No meu estágio curricular, referente à área do Déficit Cognitivo, cuja realização se deu no Projeto de Estimulação Essencial do NEPES – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da UFSM - me vi diante de uma mãe cuja filha apresentava sérios comprometimentos no desenvolvimento. Essa parecia uma situação privilegiada para eu colocar em prática todo o saber do “especialista em anormais<sup>1</sup>”, vide a ideia que a educação especial enuncia ao reivindicar seu direito à autoridade na sua capacidade de compreender o desenvolvimento desses sujeitos, agindo sobre eles e aconselhando outros sobre o que fazer (LUNARDI, 2003). Porém, tudo que eu não sabia era a história de vida daquela mulher, sua trajetória pessoal, seus conflitos enquanto mãe e me vi, mesmo assim, julgando-a e responsabilizando-a por não estar realizando com dedicação sua tarefa materna, uma vez que não agia conforme as orientações por mim sugeridas, ou seja, conforme as ordens dirigidas pela *expertise*. Compreendendo aquela mãe como objeto dos processos disciplinares, o que fiz foi o exercício de vigiar e punir<sup>2</sup>, no sentido de manter sob controle sua dedicação à filha, tentando sancionar seu papel de boa mãe a partir do meu regime de verdade.

Quando a mãe deixou de comparecer aos atendimentos no projeto iniciei um crítico processo de auto-avaliação, querendo compreender qual era, afinal, o lugar que eu ocupava para poder conduzir de uma forma e não de outra a atuação daquela mulher diante de sua filha.

Em função disso, senti a necessidade de buscar outras formas de olhar para verdades enunciadas como absolutas e tentar percebê-las como contingências. Passei a buscar outras redes de significação para desacomodar o que eu constituía como vigente e legítimo, encontrando a possibilidade, por meio dessa pesquisa, de discutir as condutas assumidas pela família de uma criança com deficiência - mais

---

<sup>1</sup> Utilizo a palavra *anormais*, no sentido atribuído por Veiga-Neto (2001), ao seguir na esteira das contribuições de Foucault. Ele designa os anormais como “esses cada vez mais variados e numerosos grupos que a Modernidade vem, incansável e incessantemente, inventando e multiplicando: os síndromicos, deficientes, monstros e psicopatas (em todas as suas variadas tipologias), os surdos, os cegos, os aleijados, os rebeldes, os pouco inteligentes, os estranhos [...]” (Ibid, p. 105)

<sup>2</sup> Esse exercício faz com que surja, conforme descreve Foucault em *Vigiar e Punir* (1999b), “um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (id, p. 143)

especificamente pela mãe/cuidadora dessa criança. Essa busca por outros olhares me permite compreender, de antemão, o atravessamento dessas condutas por um poder que se mostra capilar e nos conduz a entender que, definitivamente, não temos sobre os discursos “o controle que pensávamos ter” (Veiga-Neto 1996, p. 29).

E penso que é justamente esta falta de controle que nos move em direção à vontade de encontrar outras formas de narrar o outro e a si. Por isso, trago nesta pesquisa a intenção de entender como as verdades<sup>3</sup> ganham esse estatuto e se naturalizam, produzindo condutas específicas para a mulher mãe/cuidadora dentro de processos sócio-históricos. Ressalto que não se trata aqui de apontar uma linearidade das condutas maternas, mas problematizar momentos históricos que legitimaram na mulher mãe uma postura determinada, que fizeram emergir uma racionalidade imanente da maternidade.

Para tanto, busquei uma aproximação com os estudos de vertente pós-estruturalista, entendendo que esta perspectiva teórica me possibilita discutir as relações de saber-poder, tencionando as verdades como construções sociais e históricas. Considerei fundamental pensar que

Pesquisas pós-estruturalistas se organizam por movimentos e deslocamentos, ao invés de priorizarem os pontos de chegada, e focalizam suas lentes nos processos e nas práticas, sempre múltiplas e conflitantes, que vão conformando os – e se conformando nos – próprios “caminhos investigativos”. Assumir posturas como essa, entendendo-as como sendo interessantes e produtivas para os processos de pesquisar, não é, evidentemente, muito confortável. Ao contrário, elas desestabilizam nossas ancoragens teóricas, nossas certezas, nos colocam frente a frente com a parcialidade dos mundos que habitamos e nos confrontam com as nossas próprias incongruências (MEYER; SOARES, 2005, p.42).

Tomar como referência de estudo fragmentos de falas de mulheres que participaram de um grupo de cuidadoras de um Projeto de Estimulação Essencial foi o que me possibilitou reconhecer e caracterizar um conjunto de discursos ligados à conduta materna e à deficiência. A ideia é tomar essas falas para “formular um tipo de enfoque que não pretende reduzir a diversidade histórica, mas que dela seja o

---

<sup>3</sup> Ao tratar sobre “verdade” compartilho da ideia de Costa (1999), a qual argumenta que, no pensamento foucaultiano, aquilo que chamamos de “verdade” é produzido na forma de discursos sobre as coisas, ditados por regimes regidos pelo poder. Ela afirma ainda que “é nesse sentido que a ciência moderna é um “regime de verdade”: ela fabrica um discurso “autorizado” sobre as coisas e o mundo, instituindo, assim o que é “verdadeiro”. Ao governar a verdade, ela governa tudo e todos.”

eco” (REVEL, 2005, p. 58). Este enfoque me ajuda a perceber como os discursos fazem emergir práticas sociais que legitimam uma conduta específica para a mãe/cuidadora<sup>4</sup> de crianças com deficiência. Tomarei, no contexto deste trabalho, a ideia de que “o poder disciplinar é muito mais produtor do que inibidor” (FONSCECA, 1995, p. 66), uma vez que a mulher toma esse discurso como uma estratégia para garantir sua legitimação como *boa mãe e mulher plena*.

Assim, buscando pela possibilidade de olhar de outras formas para um caráter não natural das práticas de cuidado exercidas pelas mulheres, tomo como problema de pesquisa a seguinte questão:

*De que forma as práticas discursivas colocadas em funcionamento pelos especialistas da educação especial se constituem em estratégias de governo das condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência?*

Tentando marcar uma posição teórica buscarei fazer uso de alguns conceitos foucaultianos, principalmente acerca das relações de saber e poder e do governo das condutas. Tomar Michel Foucault como referência me permite entender as escolhas que fazemos como práticas atravessadas por histórias pessoais e sociais, valendo aqui salientar que entendo a complexidade de trilhar nesse caminho, portanto, não há aqui a intenção de produzir um estudo aprofundado à luz das obras foucaultianas. Tampouco, há a intenção de estabelecer uma única verdade ou criar uma *nova* conduta para a família, especialmente para a mãe/cuidadora, sendo, pois, que o próprio Foucault não pretendia servir de modelo, apenas como um ponto de partida. O seu interesse central foi o de problematizar tudo aquilo que é posto como inquestionável, e como tal, buscarei não interpretar as coisas como naturais ou imutáveis, tampouco como coisas que existem desde sempre e para sempre. Portanto, não tratarei de dizer o que é bom ou ruim, nem de dizer como deve ser, tratarei apenas de dar visibilidade a alguns discursos e práticas discursivas que vêm se/nos produzindo.

Nesse sentido, trago ainda outros esclarecimentos ao leitor dizendo que este trabalho não tem a pretensão de assumir uma vertente feminista, se destinando a reduzir as históricas desigualdades sofridas pelas mulheres à força da elite

---

<sup>4</sup> O termo *grupo de cuidadoras* foi atribuído considerando o fato de que as pessoas – todas elas mulheres - responsáveis pelas crianças assumiam diferentes papéis familiares, como mães, tias, madrinhas; entretanto todas atendiam à função de cuidar.

masculina. Pensando ser possível estabelecer um diálogo entre gênero e educação, embora mantendo as diferenças que constituem esses dois universos culturais, este trabalho propõe problematizar determinados discursos sobre a maternidade e o atravessamento destes no governamento da conduta feminina/materna na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência. Portanto, a ideia de gênero não será utilizada para marcar as relações sociais de gênero que legitimam a opressão sexual das mulheres, mas para embasar uma discussão sobre as condutas femininas/maternas diante do cuidado para com a família. Assim, nessa esteira da compreensão histórica e contextual do papel da mulher na família e na sociedade, refletir sobre as relações de gênero torna-se fundamental, o que justifica a incursão, mesmo que breve, pelos Estudos de Gênero, aqui investida.

Em tempo, se faz necessário retomar algumas considerações acerca das terminologias adotadas neste trabalho - me refiro à mãe/cuidadora especial e ao especialista. No contexto desse estudo, a terminologia *mães/cuidadoras especiais* se refere a uma designação dada pelo próprio grupo de cuidadoras e atende a um status e valor de verdade produzido por um grupo de mulheres que falam de um lugar no qual “crianças especiais” possuem “mães/cuidadoras especiais”. Elas falam de um lugar no qual as mulheres que assumem os cuidados de uma criança com deficiência estariam à luz de uma hierarquia materna que as coloca numa posição superior, de saber especial, diferenciado, superestimado. Um saber que constitui uma *expertise*, e as instrumentaliza para exercer controle sobre si e sobre seus filhos. Constitui-se aqui, o sujeito autogovernável. Com isso podemos perceber como o discurso exerce uma função produtiva sobre o sujeito, trazendo a ideia foucaultiana de que as relações de poder e saber produzem outros/novos saberes.

No que se refere ao termo *especialista*, neste trabalho ele será o/a estagiário/a de educação especial que, no projeto de estimulação essencial do NEPES, assume a postura daquele que detém o saber científico e tem esse saber legitimado por um aparato institucional. Aqui o especialista, enquanto representante de uma *expertise*<sup>5</sup>, é o detentor de saberes vitais para o desenvolvimento do

---

<sup>5</sup> Aqui este termo se refere a um conjunto de saberes, a partir dos quais se definem como as “coisas” devem ser. Relaciono o *expert* a uma definição dada por Foucault (2005b) sobre o intelectual específico, aquele que sabe exatamente do que um determinado sujeito necessita e “ensina” o que é ou não verdadeiro. Essa *expertise* não obtém seu efeito pela violência ou constrangimento físico, mas através da “[...] persuasão inerente às suas verdades, das ansiedades estimuladas por normas e das atrações exercidas pelas imagens da vida e do eu que ela nos oferece” (ROSE, 1998, p.43).

deficiente e, neste sentido, o poder desse intelectual torna-se cada vez mais decisivo (BRUNI, 1989). Para Foucault

[...] o problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa, mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. (2005b, p. 14).

Nesse sentido, os regimes de verdade são produzidos pela Ciência e se legitimam pelo seu status de poder institucional. Por essa circulação de verdades que, ao longo da história da maternidade, a figura cuidadora da mulher foi sendo produzida num campo social e cultural que gerou cobranças em torno de um ideal de doação absoluta. A conjectura central aqui é refletir sobre como essa mulher assume o centro da instituição “família” e sobre seus papéis sociais de mãe/cuidadora especial, os quais se fundam em relações de poder numa discussão cultural e de gênero. Esses papéis são tramados a partir dos jogos de poder conferidos pelos discursos e práticas discursivas em torno do papel da mãe/cuidadora especial. Respaldaado em Foucault, Veiga-Neto afirma que “as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele” (2005, p. 112).

Embora entenda que cada família possui um quadro de experiências e situações vivenciadas que lhe serve de referência para interpretar o mundo e balizar suas ações, a maioria delas se vê em perigo uma vez que seus recursos tradicionais serão insuficientes para fazer face à anormalidade. Então, um novo quadro deverá ser construído. Segundo Lunardi (2006, p. 178) são fatores como a seguridade e a anormalidade, aliados a uma tecnologia de poder, que se preocupam com a vida em uma sociedade de normalização. Essa sociedade opera sob um discurso que atende às estratégias capitalistas de produção, e todos aqueles que não se enquadram nesse padrão de produção se configuram como sujeitos de risco, estranhos, anormais. E o nascimento de um filho anormal leva, especialmente a mulher, a optar por uma renúncia de si, em prol dos cuidados com o filho. Há uma idéia de assumir a dor, o sacrifício instaurador, como se fosse uma espécie de martírio aceito pela integridade de seu papel de mãe, em benefício da família como um todo.

---

É dessa mulher que a sociedade e os profissionais mais cobram a presença para os processos de educação e ou reabilitação do filho deficiente, tendo essa que deixar em segundo plano suas condições de ser mulher, profissional, ou qualquer outra posição social para ser apenas mãe, em tempo integral. Aí é que emerge a cobrança pela presença exaustiva da mãe/cuidadora, a cobrança por possibilidades de administrar e prevenir o risco, antes mesmo da ocorrência de seus efeitos (LUNARDI, 2006, p. 180), configurando, assim, a mãe/cuidadora como a maior responsável pelo desenvolvimento da criança. O discurso<sup>6</sup> dessas mulheres passa a produzir o não cumprimento dessas cobranças como a possibilidade de danos irreversíveis para o desenvolvimento global da criança.

Com a emergência da proteção à infância e à família como uma questão social, a partir do século XVIII, quando deixa de funcionar na França o modelo tradicional de relacionamento entre o estado e as famílias, Donzelot (1986) nos mostra que é possível perceber a preocupação do estado em controlar a população. Isso se justificaria pelo fato de que os indivíduos desconectados da máquina social perturbariam o funcionamento do sistema, constituindo assim, um motivo de preocupação. Hábitos como os educacionais começam a evidenciar a valorização da infância, como busca para garantir um futuro sem esse tipo de preocupação e a aprendizagem cotidiana deixa de ser exercida no ambiente doméstico para dar espaço à escolarização maciça da infância. Além disso, a própria sobrevivência da criança passa a ser um imperativo da nova ordem econômica e social que passa a vigorar com a ascensão da burguesia enquanto classe social, com isso o foco ideológico começa a deslocar-se progressivamente da autoridade paterna ao amor materno.

Nesse sentido, estratégias como essas vêm dando destaque à educação como processo fundamental para o *bom* desenvolvimento dos sujeitos e a família se configura como espaço propiciador desse desenvolvimento, devendo garantir à criança condições físicas e psíquicas para usufruir de uma vida social plena e, principalmente, produtiva.

As mudanças políticas, econômicas e culturais desencadeadas a partir da modernidade introduzem novas demandas sociais e, com isso, fala-se muito em parcerias, como por exemplo, entre família e educação, especialmente a partir da

---

<sup>6</sup> Para Foucault, num mundo em que os discursos já estão há muito tempo circulando, nós nos tornamos sujeitos derivados dos discursos. (VEIGA-NETO, 2005)

lógica neoliberal que conduz o mundo moderno. Essas parcerias convocam a participação de todos aqueles que, por uma razão ou outra, fazem parte de um determinado contexto familiar. Nesse sentido, a escola e ou os profissionais que atendem crianças com deficiência enfatizam essas parcerias como estratégia de promoção do desenvolvimento pleno, bem como reabilitação desses sujeitos. Junto com isso, a figura feminina/materna aparece em destaque, ressaltada sob uma imagem da relação da mulher com a família segundo o qual a presença vigilante da mãe opera como fator essencial, como um cuidado necessário ao avanço psicomotor da criança. Winnicott (1988) indica a psicologia e a sociologia pós-freudianas, como importantes fontes para reforçar essa idealização do papel materno, uma vez que a relação mãe-bebê aparece como decisiva no desenvolvimento da criança.

Esses discursos científicos funcionam como os “portadores da verdade”. É nessa lógica que precisamos considerar como figura de destaque a presença da mãe na convocação para que a família participe do processo educacional da criança. Isso marca como as relações de gênero estruturam a divisão do trabalho, subordinando a família aos especialistas e sobrecarregando as mulheres/mães. Devemos focar a maneira como alguns discursos sobre a educação produzem novas formas de relação familiar, instituindo características específicas para o papel de mães/cuidadoras de crianças deficientes, com base nos próprios processos de subjetivação que a educação especial vem assumindo na atualidade.

Determinados discursos da educação especial colocam em funcionamento estratégias de governo que conduzem as atividades maternas para uma espécie de tarefa gradual de educar as mães/cuidadoras especiais, buscando nessas mulheres figuras aliadas na luta contra os riscos que ameaçam o desenvolvimento das crianças e o funcionamento de uma sociedade produtiva. Nessa racionalidade, a presença da mãe/cuidadora passa a ser considerada tão benéfica quanto destruidora. Há, contudo, de forma cada vez mais intensificada a intervenção da educação representada pelos especialistas – aqueles chamados a intervir tanto na vida social dos sujeitos quanto no funcionamento familiar, instituindo o que podemos chamar de um discurso dos especialistas<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O conhecimento especializado dos educadores e demais áreas, foi fundamental para a atuação do governo, pois este passou a atuar tendo em vista o conhecimento da população. Com ênfase num caráter preventivo, os saberes produzidos pelas ciências humanas buscavam antecipar a ocorrência

Nessa ótica, é possível pensar as relações de poder e saber entre família e educação especial pautadas numa lógica de gerenciamento do risco (LUNARDI, 2006) em que o especialista volta seu olhar à necessidade de controlar/assegurar a permanência das crianças consideradas de risco para o desenvolvimento em programas de atendimento especializado. O especialista controla as atividades da mãe/cuidadora a partir de estratégias de governo que, aqui, chamarei de “práticas de orientação familiar”. Trata-se de uma tarefa gradual de educar as mães/cuidadoras, buscando nessas mulheres figuras aliadas na luta contra os riscos que ameaçam o desenvolvimento das crianças.

Pensando nessas questões, dentro dessa perspectiva de suspeita e inquietação, este trabalho buscou problematizar os processos históricos e culturais, bem como as práticas de orientação familiar geridas pelo especialista como dispositivos de governo de condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência, tornando a mãe/cuidadora especial a figura mais importante no cenário de desenvolvimento/reabilitação da criança.

Nesse sentido, para tornar o estudo mais inteligível organizei esta dissertação em três capítulos. Dediquei o primeiro capítulo, intitulado “**CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**” às delimitações do tema e aos caminhos teórico-metodológicos que tracei para este estudo. Destinei-me a pontuar as discussões teóricas a qual me filio, bem como situar o lócus da pesquisa e a materialidade escolhida. Além disso, discorro brevemente sobre as ferramentas conceituais que me serviram de sustento para as análises que me proponho neste estudo.

Ao longo dos dois capítulos seguintes busquei ir costurando as discussões às análises da materialidade, tentando tornar o texto mais inteligível a mim mesma, uma vez que não consegui repartir/separar esses universos, uma vez que teoria e metodologia me parecem indissociáveis.

Nesse sentido, no segundo capítulo “**O CUIDADO FEMININO/MATERNO: POR UMA RACIONALIDADE DA IMANÊNCIA**”, teço minhas problematizações e análises a partir de um enfoque nos processos de emergência do conceito de maternidade tal como o entendemos hoje e que surgem no âmbito europeu, me propondo a analisar brevemente o cenário histórico da maternidade para perceber

como alguns regimes de verdade vêm se produzindo ao longo dessa história, numa variedade de discursos e práticas que fazem emergir condutas específicas para a mãe/cuidadora especial.

O último capítulo chamei de “**A PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO**” e tratei de discutir e analisar a formação do campo de saber pedagógico-científico da educação especial, que constitui uma *expertise* a serviço do governo das condutas femininas/maternas. Esse capítulo possibilitou perceber como o especialista põe em funcionamento estratégias de governo das mães/cuidadoras especiais a partir de práticas de orientação familiar.

Por fim, mas não com intuito de dar por encerrado, apresento em “**PARA NÃO CONCLUIR**” uma retomada das problematizações decorridas ao longo do trabalho. E, de antemão, trago a compreensão de que embora a perspectiva teórica com a qual escolhi trabalhar me lance a territórios nada sólidos e apresente um pensamento que se inscreve no reino da suspeição, posso afirmar que a possibilidade de (des)construir verdades constituídas como absolutas já valerá o investimento depositado nesta pesquisa.

## CAPÍTULO 1 – CAMINHOS TEÓRICO – METODOLÓGICOS

### 1.1 (Des)construindo caminhos

*“[...] a experiência tem sempre uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. Além disso, posto que não se pode antecipar o resultado, a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem pré-ver nem pré-dizer.” (Jorge Larrosa, 2001).*

Numa pesquisa são inevitáveis as parcialidades, por isso ostento minha intenção neste estudo de pensar algumas questões sobre o cuidado materno que se afastam das discussões biológicas e se lançam em direção ao âmbito cultural. Com isso não buscarei instituir uma forma mais ou menos verdadeira de exercer a maternidade, buscarei apenas o exercício de olhar sob outros prismas para as mães/cuidadoras especiais. Considerando o propósito de buscar outras formas de olhar, optei por atuar dentro de uma perspectiva pós-estruturalista de análise, pois esta se aproxima de todo o encaminhamento teórico deste estudo. Essa aproximação se dá quando proponho desacomodar o já sabido, quebrar o gesso, quando tenho "o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder" (COSTA, 2000b, p. 57).

Propor um estudo sob a vertente pós-estruturalista me permite pensar não o que é a maternagem e ou o cuidado feminino/materno, mas como isso é produzido dentro de um regime de verdade e a partir de estratégias que governam condutas específicas para a mulher que cuida de uma criança com deficiência. Nesse sentido, tento ir na direção de compreender - experimentando um olhar sincrônico e não evolucionista - como algo se tornou verdade para um determinado grupo, numa determinada época, como foi possível que determinadas idéias aparecessem, como foi possível formar-se tal racionalidade (Foucault, 1995).

Para tanto, se faz fundamental aqui, pensar a maternagem, assim como os corpos e os gêneros, não apenas vinculados à sua natureza biológica, mas também às construções culturais. Desse modo, vejo a necessidade de incursionar, mesmo que superficialmente, pelos Estudos de Gênero fundamentados numa vertente pós-

estruturalista, para problematizar as estratégias de governamento das condutas femininas/maternas. Essa perspectiva permite uma análise do gênero atrelada ao campo histórico-social e desconsidera o caráter unicamente biológico do sexo, pois é no âmbito da cultura e da história que, nessa lógica, supomos que as identidades se definam. Para Louro,

[...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas, que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. (1997, p. 21)

Assim, a ideia de identidade aqui assumida vai de encontro a uma visão unificada ou permanente, pois “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2001, p. 13). Nesse contexto, a cultura passa a ser entendida como um conjunto de processos através dos quais os sujeitos são definidos e construídos e trabalhar nesta perspectiva é exercitar a compreensão sobre as relações de poder e o nosso lugar dentro delas, buscando aí, uma proximidade possível com o pensamento de Michel Foucault (VEIGA-NETO, 2000).

Na conjectura deste estudo, a escolha por uma vertente pós-estruturalista quer fazer emergir um movimento de pensamento que nos permita lançar outros olhares sobre os discursos que nos produzem historicamente. Vale ressaltar que não quero falar de uma história de duração linear, progressiva, mas aquela que problematiza o aparecimento de planos de discurso e falas singulares, estratégias de poder e focos de resistência (REVEL 2005). Para Silva (2000), o pós-estruturalismo é um termo abrangente, que propõe uma série de análises e teorias que ampliam/modificam certos pressupostos e procedimentos da análise estruturalista, mas a escolha aqui se justifica especialmente pela possibilidade desse distanciamento das estruturas e processos fixos e rígidos de significação.

Para dar conta dessas intenções, o lócus da pesquisa foi o Projeto de Estimulação Essencial do NEPES<sup>8</sup> e a materialidade do estudo esteve atrelada à

---

<sup>8</sup> Projeto de Estimulação Essencial vinculado ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (NEPES) da Universidade Federal de Santa Maria, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Alcione Munhoz. O projeto atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, que apresentam problemas no seu desenvolvimento neuropsicomotor

análise de fragmentos de falas articulados pelas participantes do projeto - mulheres do grupo de cuidadoras, acerca de seus papéis diante da maternagem de crianças com deficiência e pelas estagiárias do Curso de Graduação em Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria, que atenderam as crianças do projeto. Vale ressaltar que o termo maternidade, empregado neste trabalho, não corresponde ao acontecimento biológico que associamos à gravidez. Corresponde sim, a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica, especialmente porque nem todos os sujeitos desta pesquisa vivenciaram a situação da gravidez, mas todas vivenciaram a situação do cuidado e, por assim dizer, da maternagem.

No sentido de problematizar essas questões, tomo como referência de análise a noção de discurso desenvolvida por Foucault, entendendo que é a linguagem que dá sentido às coisas do mundo, que constitui as nossas figuras de sujeito, pois “somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem” (FOUCAULT, 2000, p. 20-21). Essa ideia de discurso me ajuda a pensar sobre o campo de relações de saber e poder em que os sujeitos estão inseridos e como estes se apropriam do discurso para instituir estratégias de poder capazes de convencer e governar a si e aos outros.

Frente a esta perspectiva, para a coleta de dados o instrumento utilizado foi o de observação participante, diante do grupo de cuidadoras e a entrevista semi-estruturada, diante das estagiárias. A observação foi selecionada como técnica de coleta de dados neste estudo pela possibilidade de se captar uma variedade de situações às quais, talvez, não haveria acesso somente por meio de perguntas diretas às mães/cuidadoras. Essa técnica foi adotada especialmente porque o pesquisador coleta dados participando do grupo ou organização e observando as pessoas e seu comportamento em situações de sua vida cotidiana (BECKER, 1994). Assim, foi possível acompanhar e registrar os movimentos, as falas e as ações das mães/cuidadoras especiais, suas relações recíprocas e as relações comigo, enquanto pesquisadora. A respeito dos processos de pesquisa a partir das observações, Costa afirma que

---

Pesquisar é um processo de criação e não de mera constatação. A originalidade da pesquisa está na originalidade do olhar. Os objetos não se

encontram no mundo à espera de alguém que venha estudá-los. Para um objeto ser pesquisado é preciso que uma mente inquiridora, munida de um aparato teórico fecundo, problematize algo de forma a constituí-lo em objeto de investigação. O olhar inventa o objeto e possibilita as interrogações sobre ele. Assim, parece que não existem velhos objetos, mas sim, olhares exauridos. (2002, p. 152)

O processo de observação, bem como a coleta dos dados aconteceu durante um semestre letivo no ano de 2009 e se efetivou a partir de conversas dirigidas e de registros das mães/cuidadoras especiais em um diário. Para instigar os registros pessoais sugeri temas específicos sobre sua trajetória como mãe/cuidadora especial, que me possibilitassem, a partir disso, a exploração do universo da pesquisa, bem como a manifestação de opiniões, relatos, trajetórias pessoais que evidenciassem a rede de discursos que produziam aquelas mães/cuidadoras. Assim, houve a possibilidade de compreender como elas tomaram e tomam como verdade o discurso do especialista, o qual opera numa relação de saber e poder e governa formas específicas para atuar como mãe/cuidadora de uma criança com deficiência, dentro da racionalidade da conduta materna ideal.

No grupo de estagiárias a coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semi-estruturada que propiciou problematizar a formação do especialista como aquele que possui o saber científico e o coloca a serviço de estratégias de governamento de condutas, configuradas sob as práticas de orientação familiar. Para Manzini (1990/1991), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual formulamos um roteiro flexível, que pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Com isso, busquei focar fragmentos de falas que me ajudaram a caracterizar um conjunto de discursos ligado a uma *expertise* que, apoiada por um aparato de saber pedagógico, articula esse saber às estratégias de governamento das mães/cuidadoras especiais, retratando assim a legitimação política da autoridade do especialista.

O discurso do especialista caracteriza um regime de verdade que, a partir do campo de saber da educação especial, o faz olhar de uma forma e não de outra para o papel da mãe/cuidadora especial na família. Assim, os discursos que se projetam na e pela conduta da mãe/cuidadora especial constituem práticas que

estão imersas em relações de saber e poder historicamente constituídas. A partir dessa percepção, foram estes os discursos tomados como análise.

Diante disso, na esfera deste estudo, meus objetivos foram os seguintes:

- Pensar como alguns discursos sobre a maternidade vêm produzindo uma racionalidade de imanência para os cuidados femininos/maternos, especialmente no campo da deficiência.
- Problematizar as práticas de orientação familiar aqui apresentadas como uma estratégia de governo das condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência.
- Perceber a noção de risco como um discurso acionado dentro do campo de saber da educação especial e que coloca em funcionamento as práticas de governo das mães/cuidadoras especiais.

Para perceber a emergência de tais discursos dentro da cultura e de momentos históricos dados, recorri a ideia foucaultiana de pensar o tempo, numa tentativa de perceber os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos são transformados em sujeito” (Foucault, 2007, p. 52). Isso nos propicia compreender o que, historicamente, torna um saber legítimo e naturalizado sem, no entanto, pensar a história dos homens numa linha reta com um começo e um fim.

## **1. 2. Sujeitos da pesquisa**

Considero importante, antes de apresentar os sujeitos participantes deste estudo, direcionar algumas linhas deste texto para um movimento bastante sincero de minha parte, qual seja o de agradecê-los, em especial às mães/cuidadoras especiais. Primeiro, porque cada uma delas aceitou falar de questões pessoais e que mechem com lembranças e sentimentos complexos e muitos ainda em processo de (re)elaboração. Segundo, pela confiança depositada em uma autora que se lança na arriscada aventura de narrar o outro, um outro que não representará traços de uma maternidade generalizada, mas de elementos discursivos de uma maternidade específica, aquela exercida diante de crianças com deficiência.

Nesse sentido, não quero aqui narrar o outro como o mesmo, embora cada um dos grupos que fizeram parte desta pesquisa possua sujeitos com características em comum, ou seja, um grupo em que todas são mães/cuidadoras especiais e outro

em que todas são estagiárias da educação especial. Percebo, então, a importância de valorizar a singularidade, a partir da ideia de que “o outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional” (Bhabha, 1998, p. 59) se optarmos por uma interpretação generalista dos discursos.

Pensando nessa singularidade e na preservação de suas identidades, cada participante da pesquisa recebeu um codinome. Por uma escolha aleatória, as estagiárias serão apresentadas por nomes de pedras e as mães/cuidadoras especiais por nomes de flores. As crianças que, eventualmente, forem citadas nas falas das participantes, serão apresentadas pela sigla dos nomes.

No entrecruzamento dos caminhos deste estudo, do corpus empírico com minhas inquietações, tomo emprestada a reflexão de Baumam, apontada numa entrevista publicada na revista *Tempo Social*, para esclarecer o que mais me encanta e seduz em um estudo como este:

Creio que a experiência humana é mais rica do que qualquer uma de suas interpretações, pois nenhuma delas, por mais genial e "compreensiva" que seja, poderia exauri-la. Aqueles que embarcam numa vida de conversação com a experiência humana deveriam abandonar todos os sonhos de um fim tranqüilo de viagem. Essa viagem não tem um final feliz — toda a felicidade se encontra na própria jornada. (*Tempo Social*, vol 16, 2004)

Dito isso, cabe destacar que esta pesquisa preza antes de tudo, pela valorização das experiências humanas e está alicerçada nos preceitos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – vide anexo A, o qual se constitui num colegiado interdisciplinar e independente, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, além de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Res CNS 196/96, II.4). Além disso, todos os sujeitos dessa pesquisa participaram de forma consciente, ao passo que tiveram pleno conhecimento do objetivo e uso das informações fornecidas e suas autorizações foram registradas nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (anexos D e E).

### **1. 3. Das ferramentas conceituais**

Como bem sabemos o processo de estruturação de uma pesquisa tende a ser doloroso, solitário e principalmente de infindáveis inquietações. O que, de certa forma, denota uma produtividade talvez não alcançada se velejássemos sempre em mares tranquilos. Nesse sentido, ao cruzar com os conceitos foucaultianos, embora imediatamente me soasse a sensação de *aventura*, me pareceu irresistível a possibilidade de fazer novas perguntas para respostas que já não me satisfaziam mais.

Nesse sentido, para adentrar num estudo sobre os discursos que definem condutas específicas para a mãe/cuidadora especial foi preciso, antes de qualquer coisa, me ligar à ideia de Foucault sobre o discurso como produtor de significado, compreendendo que todo saber constitui relações de poder. Relações estas que, no contexto dessa pesquisa, se mostraram atravessadas por práticas de governo, que emergem sob regimes de verdade. Para explicar a ideia de práticas aqui assumida segui a perspectiva foucaultiana, sobre a qual Fischer afirma que

Na verdade, tudo é prática em Foucault. E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. (2001, p. 200)

Até este momento vinha me propondo pensar para este estudo, conceitos como discurso, poder, disciplina<sup>9</sup>, no entanto a problematização visada nesta pesquisa me lançou o desafio de pensar o máximo controle das condutas agindo sob um poder sutil, mínimo. É o que supõe, nesse caso, a orientação familiar enquanto estratégia de governo das condutas maternas diante de crianças com deficiência. O governo trata da "condução das condutas dos homens" (Fonseca, 2000, p. 229) e essa racionalidade produz um conjunto de práticas, de saberes e de poderes considerados desejáveis e úteis para a conformação de sujeitos que saibam dirigir suas condutas (KLEIN, 2006).

No entanto, ao velejar por esse mar denso, foi preciso adentrar numa certa obstinação do saber, pois pensar as noções foucaultianas de governo e governamentalidade, por exemplo, foi um processo difícil, de descaminhos pelos

---

<sup>9</sup> Esses - entre outros - conceitos serão melhores descritos durante o trabalho, à medida que forem sendo chamados pela pesquisa.

meus conhecimentos. Nesse mar fui apresentada a uma visão de poder capilar, que ocorre no exercício cotidiano da convivência humana, que atravessa o sujeito em todos os tempos e espaços da sua vida social. Vi-me, então, convidada à possibilidade de refletir sobre as relações de saber-poder que se estabelecem entre o educador especial e a família de uma criança com deficiência.

Seguindo essa perspectiva, tomei as teorizações pós-estruturalistas e foucaultianas como ponto de partida para a problematização dos regimes de verdade aqui enunciados, pois somente assim vejo a possibilidade de desprezar algumas metanarrativas e, quem sabe, incitar outros olhares.

Trata-se, tão somente de colocar em movimento uma vontade de saber. O que importa é, junto com Foucault, tentarmos encontrar algumas respostas para a famosa questão nietzchiana – que estão (os outros) e estamos (nós) fazendo de nós mesmos? – para, a partir daí, nos lançarmos adiante para novas perguntas, num processo infinito cujo motor é a busca de uma existência diferente para nós mesmos e, se possível, uma existência melhor. (Veiga-Neto, 2005, p.12)

Para colocar em funcionamento o exercício de pensar novas perguntas, o foco analítico deste trabalho se voltou para a ferramenta conceitual do governo, tomada no sentido atribuído por Veiga-Neto,

[...] nesse caso, toma-se *governo* numa acepção ampla e anterior à captura que a Ciência Política fez da palavra *governo*, a partir dos séculos XVII e XVIII; isto é, *governo* é tomado no sentido de “dirigir condutas” de indivíduos ou pequenos grupos humanos: governar as crianças, as mulheres, a família etc” (2005, p. 148)

Buscando pela possibilidade de olhar as relações de saber-poder estabelecidas entre o especialista e a mãe/cuidadora especial, eis que fazer operar uma ferramenta analítica como o governo significa entender que “de certa maneira, o governo é a manifestação “visível”, “material”, do poder” (VEIGA-NETO, 2007).

Tendo em vista que a materialidade, como já foi mencionada, foi constituída por fragmentos de falas das mães/cuidadoras especiais e dos especialistas da educação especial, temos aqui discursos que se movimentam para governar, controlar e regular as condutas dos sujeitos. Com isso, o gerenciamento do risco se configurou como outra ferramenta importante no contexto analítico deste estudo e

servirá para mostrar como o risco é operado como estratégia de governo sobre a conduta da família, mais especificamente sobre a conduta da mãe/cuidadora especial, no que diz respeito às relações entre o especialista e a família.

Assim, para problematizar a materialidade deste estudo, procurei aproximar-me de ferramentas analíticas que me ajudassem a perceber como alguns discursos vêm, historicamente, produzindo uma racionalidade de imanência para os cuidados femininos/maternos, especialmente no campo da deficiência. Para isso me utilizo da história partindo da idéia de proveniência – herança, conjunto de falhas, fissuras, inscrição dos acontecimentos no corpo – e da idéia de ponto de emergência – o surgimento como fruto de uma luta de forças (FOUCAULT, 1993). Além disso, busquei ferramentas que me possibilitassem entender as estratégias envolvidas nas práticas de orientação familiar que visam à condução das condutas maternas diante do cuidado de crianças com deficiência e se constituem num dispositivo de governo dessas mães/cuidadoras.

Contudo, quero ressaltar minha dificuldade em sistematizar categorias de análise nesta pesquisa, por isso não tive a pretensão de analisar à exaustão a materialidade aqui empregada. Não havendo uma predefinição de categorias, interessou-me procurar aquilo que tomava uma maior visibilidade, que insistia em reaparecer nas falas das mães/cuidadoras especiais e dos especialistas. Essa dificuldade foi, em grande parte, acompanhada pela

[...] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence. (Foucault, 1996, p. 8).

Nessas malhas, procurei compreender os efeitos de verdade produzidos sobre e a partir das mães/cuidadoras especiais e da *expertise* da educação especial. A partir dos próximos capítulos veremos uma análise costurada à materialidade e à discussões teóricas que nos permitam problematizar certas metanarrativas e tensionar determinadas estratégias de poder.

## CAPÍTULO 2 – O CUIDADO FEMININO/MATERNO: POR UMA RACIONALIDADE DA IMANÊNCIA

*“Afiml, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.” (Foucault, 2005b, p. 101)*

Diversos trabalhos na área da história social analisam a construção de significados sobre a maternidade através dos tempos, Ariés (1981), Donzelot (1986), Badinter (1985), e isso nos possibilita perceber como, na divisão idealizada pelos moldes burgueses, cada gênero passa a constituir um papel específico na sociedade. A exemplo disso, a subordinação da mulher, regida por sua condição biológica, assumiu um caráter social e seu papel de cuidadora copiosa se justifica até hoje pela legitimação da chamada *natureza feminina*.

Ao dirigir meu foco para a questão do gênero quero dizer que o que pretendo mostrar é como as representações culturais constroem e reproduzem as relações entre os sujeitos. Conforme Louro (1997), para entender as desigualdades entre os gêneros devem ser buscadas as argumentações não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história das sociedades.

Nesse sentido, pretendo, neste capítulo, tecer um enfoque histórico aos processos de emergência do conceito de maternidade tal como o entendemos hoje, o qual tem seus primeiros aparecimentos no âmbito europeu<sup>10</sup>. Assim, para dar início à problematizações acerca da naturalização das condutas femininas/maternas na sociedade a pergunta feita por Elisabeth Badinter (1985) em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, me servirá de alavanca para as discussões a

---

<sup>10</sup> Enquanto na Europa o processo que modificou a intimidade e os sentimentos em relação à vida familiar esteve atrelado à constituição dos Estados modernos, no Brasil esse processo acompanhou a passagem da condição de colônia à nação. Segundo Costa (1987), no Brasil o processo de “estatização dos indivíduos” teve sobre a mulher um efeito específico: sua redução à figura da “mãe higiênica”. A partir dessa regulação, especialmente por parte dos médicos, a mulher passa a confinar-se por um longo período ao ambiente doméstico e os cuidados maternos passam a ser valorizados, exaltando a manifestação do “amor materno”. Nesse sentido, deu-se aqui no Brasil à sociedade colonial, por todo o século XIX, uma adaptação do modelo de família burguesa européia.

seguir travadas. Ela faz o seguinte questionamento: “Por que razões a indiferente do século XVIII transformou-se em mãe coruja nos séculos XIX e XX?”

Vale ressaltar que não pretendo aqui mapear minuciosamente a história da maternidade no mundo, nem reconstituir fatos, mas pensar algumas práticas discursivas e não-discursivas que fizeram emergir certo tipo de pensamento e seus efeitos de verdade sobre a atuação da mulher mãe/cuidadora diante da prole, especialmente no caso de crianças com deficiência. Nessa esteira, a noção foucaultiana de discurso, atrelada ao saber e ao poder nos ajudará a compreender a produtividade de tais ferramentas, uma vez que todo saber constitui relações de poder. Assim, este saber exerce o poder de atribuir sentido às coisas, instituindo discursos. Fischer (2002, p. 86) nos diz que “os discursos exercem ações construtivas – tanto em formações sociais mais amplas quanto em espaços e usos locais – atuando como forças históricas”. Daí a importância de considerarmos as “condições de aparecimento histórico, o cenário político em que se desenham os conjuntos de enunciados” (MACHADO, 2009, p. 31)

É possível analisarmos, no contexto da Modernidade, que muitas regras sociais foram ditadas por um modelo econômico que buscou dar novos significados a diversos espaços, entre eles à instituição familiar. Nessa lógica, o que era público passou a ser social e o que era privado passou a ser o espaço de vida íntima familiar, acontecimento este que (re)constituiu o papel da mulher apoiado em um “respeito” às suas condições naturais/biológicas.

Essa exaltação às condições naturais da mulher foi reforçada por inúmeras publicações a respeito do “amor materno” como um valor ao mesmo tempo favorável à espécie e à sociedade, o que incentivou a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole. Badinter (1985) aponta dois diferentes discursos em defesa da criança que contribuíram para modificar a atitude da mulher perante os filhos: (1) discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, que demonstrava a importância do numerário populacional para um país e alertava quanto aos perigos (e prejuízos) decorrentes de um suposto declínio populacional em toda a Europa e (2) uma nova filosofia – o liberalismo – que se aliava ao discurso econômico, favorecendo ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual. A partir daí a noção de vida privada começa a se desenvolver:

Estudos atuais mostram como a vida coletiva vai dando lugar a um espaço privado de vida. As casas modificam sua arquitetura para reservar aos indivíduos locais privados; os nomes se individualizam; roupas, guardanapos e lençóis ganham marcas, de modo a permitir sua identificação. A vida do trabalho sai da casa para a fábrica, modificando o caráter da vida pública. A casa torna-se lugar reservado à família que, em seu interior, divide espaços, de forma a permitir lugares mais individuais e privados. (Bock, 2001, p.19).

Ainda articulado aos interesses econômicos do Estado, um outro discurso proferido por médicos, moralistas e administradores reforçava a necessidade de a mulher ocupar-se com os filhos, ao narrá-la como a única capaz de gestar e parir, portanto a única que estaria exercendo um ato natural, concernente com sua natureza biológica.

No entanto, embora o tema do cuidado materno tenha se tornado recorrente na França a partir de meados do século XVIII, os posicionamentos assumidos pela mulher e, conseqüentemente, pela criança não se mostravam homogêneos, pois a própria crítica em relação ao tema diferenciava segundo a camada da população a que se dirigia. Donzelot (1986), baseando-se em trabalhos foucaultianos, aponta em um estudo denominado “História das mentalidades” que essas críticas diferenciadas repercutiram em diferentes estratégias de intervenção nas famílias.

Se nas camadas altas houve a ênfase nos laços afetivos, nas camadas populares esses mesmos laços foram progressivamente desfeitos e substituídos pelas políticas sociais de intervenção, sob estratégias de filantropia que englobavam “todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução” (Donzelot, 1986, p.22). Sobre essa camada mais pobre da população a crítica dirigia-se tanto à prática da criação de filhos por amas-de-leite mercenárias quanto ao abandono de menores em hospícios, pois ambas as ações tinham como conseqüência uma elevada mortalidade de indivíduos. Nas camadas mais altas, o cuidado com a criança apoiou-se na difusão da medicina doméstica como um aparato técnico que permitiu às classes burguesas introduzir seus filhos no domínio dos pais, retirando-os da “influência negativa” dos serviçais, assim, instituindo na família, uma “economia do corpo”, na qual a disciplina, através da vigilância e minucioso controle, ter-se-ia mostrado essencial (Ibid)

Contudo, em todas as camadas sociais a ampliação das responsabilidades maternas fez crescer a valorização ao devotamento e sacrifício feminino em prol dos

filhos e da família, o que conferiu à mulher um novo status na sociedade, portanto afastar-se desse modelo significaria afastar-se da própria natureza, e isso gerava um grande sentimento de culpa, pois representava um desvio, a anormalidade. Com a instituição desses modelos maternos, as mulheres passaram a segui-los não a partir da imposição ou do receio da punição, mas pelo desejo cultivado e orientado de uma vida normal e saudável. Movimentos como esse começam a retratar uma sociedade disciplinar, tendo como objetivo principal o aumento do autodomínio.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente (Foucault, 1999b, p.119).

Nesse contexto, sob esse efeito disciplinador do exercício do poder como a aptidão para docilizar corpos, induzir comportamentos desejados e esvaziar sua capacidade de contestação (FOUCAULT, 1999b) as mulheres foram sendo, sistematicamente, preparadas para serem mães e esposas notáveis. Nessa trama, as mulheres acabam constituindo como papel exclusivamente feminino atribuições familiares como as tarefas domésticas e os cuidados infantis (ROCHA-COUTINHO, 2003). Nessa articulação com o contexto histórico retrata-se um eco no imaginário feminino, como podemos perceber nas falas das mães/cuidadoras: “*Quem foi que disse que os homens são melhores que as mulheres? Nós somos a base da família*” (Margarida)<sup>11</sup>. Na fala de outra mãe/cuidadora, ela assume uma postura que indica certa naturalidade daqueles fazeres e ao mesmo tempo obrigatoriedade: “*Limpar a casa, fazer comida, lavar a louça, cuidar dos filhos não me torna perfeita, faço porque gosto. Faço porque é necessário, é preciso*” (Rosa).

É possível compreender como as mulheres se produzem nesse emaranhado de discursos acerca de suas condutas e submetem-se às metanarrativas e às verdades impostas. O discurso, como grande instaurador de regimes de verdade<sup>12</sup>,

<sup>11</sup> As falas dos sujeitos da pesquisa aparecerão sempre em itálico e entre aspas, ora no texto, no caso de citações com menos de três linhas, ora em blocos, com recuo de parágrafo, conforme se sugere para citações com mais de três linhas.

<sup>12</sup> Para Jennifer Gore, este termo evoca visões de verdade que servem para controlar e regular os sujeitos. Gore escreve que versões da "verdade" tiveram terríveis consequências de opressão e violência, como por exemplo, as visões de uma raça ariana pura, de Hitler ou a política do *apartheid*

vai constituindo as identidades dessas mulheres e essas identidades vão tomando forma, com luta ou submissão, conforme a realidade que cada uma vivencia. A verdade

[...] induz efeitos regulares de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e que ela faz com que funcionem como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que nos permitem distinguir entre afirmações falsas e verdadeiras; os meios pelos quais cada uma delas é sancionada; as técnicas e procedimentos que atribuem valor na aquisição da verdade, o status daqueles que são encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (Foucault *apud* Cherryholmes. In: Silva, 2002, p.151)

Nessa esteira, a conduta da boa mãe foi sendo legitimada por regimes de verdade que institucionalizaram uma característica “cuidadora” para a mulher, que deveria se refletir nas suas atuações como mãe, esposa e dona-de-casa (DONZELOT, 1986, BADINTER, 1985, ARIÉS, 1981).

O cuidado e criação dos filhos passaram a configurar-se como tarefas exclusivamente femininas, tornando-se uma “responsabilidade individual de toda mulher que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta” (Meyer 2006, p. 37).

Dessa maneira, as identidades passam a ser culturalmente constituídas, a partir de verdades socialmente produzidas. Assim, não existe uma identidade dada pela natureza e essa idéia pode ser explicada por Hall ao considerar a identidade como

definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (Hall, 2001, p.13).

---

da África do Sul. Cita ainda que, na explicação que Foucault dá do termo, a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam. Nesse sentido, a autora afirma que não é apenas em relação aos discursos “dominantes” ou “dominadores” de qualquer sociedade que faz sentido falar de regimes de verdade. “Se o poder e a verdade estão “ligados numa relação circular”, se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade” (GORE, 1994).

Nessa perspectiva, pode-se compreender que as identidades não são fixas e permanentes, “a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2001).

Partindo dessa reflexão fica difícil deixar de pensar que esses discursos orientam as políticas de identidade da mulher, delineando relações de força e de poder que modelam o modo de ser mãe/cuidadora. Segundo Louro (2007), operar com o conceito de gênero “implica, necessariamente, operar numa ótica construcionista”, pois o gênero carrega a noção de um fazer, de construir-se sujeito feminino ou masculino. E nessas questões relativas ao gênero, vemos marcações simbólicas atribuírem a homens e mulheres características que acabam se naturalizando e vão se instaurando como verdades. Verdades fortemente atreladas a uma “construção social e histórica produzida sobre características biológicas” (LOURO, 1997, p. 22).

O conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas e a expansão dos estudos nesse campo nos convida a problematizar certas regras sociais estabelecidas quase como imanências no que se refere ao comportamento feminino. Nesse sentido, o Feminismo<sup>13</sup> se constituiu em um importante movimento de crítica teórica, pois como afirma Stuart Hall (2001) este movimento, ao abordar temas como família, cuidado com as crianças, trabalho doméstico e a própria sexualidade

ênfaticamente, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos genericados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas). Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da *posição* social das mulheres, expandiu-se para incluir a *formação* das identidades sexuais e de gênero (Ibid, p. 45 - 46)

Nesse sentido, como refere Louro (1995), os estudos de gênero se configuram como uma ferramenta teórica potencialmente útil para os estudos das

---

<sup>13</sup> Importante movimento social que começou a ter visibilidade no final do século XIX com o sufrágio, no qual as mulheres reivindicavam o direito ao voto. Essa foi considerada a primeira onda do feminismo e deu início a diversas outras lutas políticas que buscavam contrapor o gênero à idéia de essência, isso é, se recusando a explicações pautadas no determinismo biológico. Para buscar mais sobre a história dos debates acerca das questões feministas, ver o artigo de YANNOULAS, Sílvia, Iguais mas não idênticos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, 1994.

ciências sociais e nos ajuda a compreender como que, nesse fazer cultural e histórico complexo, os significados de gênero e dos processos de identificação se desenvolvem. Nesse enfoque, a questão do gênero como construção social é percebida fora do determinismo biológico, pois o que quero é incluir uma discussão sobre a mulher em suas relações domésticas e sociais mais amplas e tentar tensionar representações fixas e naturalizadas. Para Larrosa,

A idéia do que é uma pessoa, ou um eu ou um sujeito, é histórica e culturalmente contingente, embora a nós, nativos de uma determinada cultura e nela constituídos, nos pareça evidente e quase 'natural' esse modo tão peculiar de entendermos a nós mesmos. (1999, p. 41)

Nesse fazer cultural, os regimes de verdade vêm se produzindo ao longo da história, numa variedade de discursos e práticas que fazem emergir condutas específicas para a mãe/cuidadora. Na fala das mês/cuidadoras especiais, podemos compreender melhor como essas verdades se naturalizam e levam seus sujeitos a estados de docilidade: *“Sei que o dever de cuidar também é do pai, mas eu acho que se não houver interesse e participação **principalmente** da minha parte, as coisas não dão tão certo”*. (Dália) (grifo meu). A normatividade que encontramos na fala dessas mulheres carrega traços que fazem referência a uma valorização de si mesmas, conforme se aproximam ou não desse ideal de boa mãe<sup>14</sup>.

No entanto, as verdades vigentes hoje, nem sempre foram essas, pois em toda a Idade Média até meados do século XVIII a maternagem comum na Europa, especificamente na França, desvalorizava a presença da mãe (BADINTER, 1985). Somente com a valorização da infância, quando a criança passa a ser considerada como forma de um investimento no futuro, surge a emergência de um novo sentimento familiar associado à criança (ARIÉS, 1981), como aquela que precisa de cuidados especiais para se desenvolver.

---

<sup>14</sup> Dagmar Meyer (2006) nomeia esse processo como “politização da maternidade e para ela esse processo se produz através de redes de poder-saber que configuram práticas de intervenção (políticas e programas, instrumentos diagnósticos, linhas educativas). Segundo Meyer, essas redes estão atravessadas por diferentes discursos (médico, moral, psicológico, religioso, pedagógico, jurídico) e diferentes processos sociais, econômicos e políticos. A autora identifica forças sociais ao longo do século XX que movimentam essa politização, entre elas a racionalidade neoliberal a qual se relaciona com a maternidade no sentido de que cada indivíduo é responsável pelas suas escolhas e essas devem estar direcionadas sempre para seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, “gerar e criar filhos equilibrados e saudáveis passa a ser social e culturalmente definido, também, como um projeto de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe” (MEYER, 2006, p. 88)

Antes disso, a criança era vista como substituível, apenas como um ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois já aos sete anos era inserida no serviço adulto, imitando seus pais e tornando-se útil à economia familiar. A passagem da vida infantil para a vida adulta não recebia nenhuma atenção: “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (ARIÉS, 1981, p. 10). Segundo Ariés, o sentimento de amor materno como uma referência à afetividade não existia, pois a família era social e não sentimental, como nos torna possível compreender a seguinte passagem: “uma vizinha, mulher de um relator, tranqüilizar assim uma mulher inquieta, mãe de cinco pestes, e que acabara de dar à luz: Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos” (ARIÉS, 1981, p. 56). Nesse pensamento, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, e a mortalidade – com altos índices, além do infanticídio - era algo aceito com bastante naturalidade.

Essa mentalidade com relação ao cuidado da criança só vai se transformar mais tarde, com a interferência dos poderes públicos e com a preocupação da igreja em não tolerar mais o infanticídio. Com a influência do Cristianismo foi “como se a consciência comum então descobrisse que a alma da criança também era imortal” (ARIÉS, 1981, p. 61).

Dessa forma, surgiram diversas medidas sociais<sup>15</sup> e religiosas para salvar as crianças e isso, acompanhado de todas as mudanças culturais e econômicas, vai reformulando as relações familiares. Dá-se início ao que Ariés caracterizou como o “surgimento do sentimento de infância”, quando a criança passa a ser educada pela própria família e começa a despertar um novo sentimento por ela. Essa preocupação da família com a educação da criança gerou a necessidade da imposição de regras e normas para formação de uma criança que fosse melhor doutrinada e atendesse à nova sociedade que emergia. Uma nova concepção de indivíduo aparece fazendo com que a criança seja alvo do controle familiar ou do grupo social em que ela está inserida.

---

<sup>15</sup> Houve uma grande intervenção social sobre as condições de higiene, evidenciando a preocupação com a saúde das crianças e fazendo com que os pais não mais aceitassem perdê-las com naturalidade.

Com o surgimento desse “homem moderno” aparecem também as primeiras instituições educacionais, evidenciando que os adultos “compreenderam a particularidade da infância e a importância tanto moral como social e metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essas finalidades” (ARIÈS, 1981, p. 193).

A partir dessa época diversas obras começam a aparecer incitando os pais a novos sentimentos e particularmente a mãe ao amor materno. (BADINTER, 1985). Com a publicação da obra de Rousseau em 1762, *Émile*, foi dado um impulso importante à delineação da família moderna, aquela fundada no amor materno.

Nesse sentido, coube à mulher, especificamente, a devoção e presença vigilantes junto à prole e não sendo isso possível, a preservação da criança poderia se encontrar ameaçada, ideia que ainda vigora no imaginário feminino:

*“Os profissionais que nos atendem me cobram muito, as vezes me sinto um pouco cansada, mas sei que é preciso estar sempre do lado da minha pequena. E mesmo que eu não tenha vontade, faço tudo que a professora manda, porque eu sei que aquilo é pro bem dela, então eu tenho que fazer, senão ela vai demorar ainda mais pra se desenvolver.” (Girassol)*

Há, portanto, uma ampliação estratégica das responsabilidades maternas, visando, principalmente um controle maior sobre a educação e os hábitos de todos os membros da família. Nesse sentido, o poder passa a ter seus efeitos vinculados a estratégias e mecanismos que operam diretamente nas ações dos indivíduos que a ele são sujeitados, mas é importante pensarmos o poder, tal como sugere Foucault, ao enfatizar seu aspecto produtor. Dentro da analítica foucaultiana o poder não surge de uma operação violenta, de efeitos negativos, pois “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2005b, p. 8). Nessa ordem, para compreender a dimensão produtiva e positiva do poder precisamos, antes, nos afastarmos de qualquer hipótese repressiva no que dizer respeito à sua mecânica. Nas palavras de Foucault,

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’,

'esconde'. Na verdade o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (2005b, p. 172).

Nesse sentido, a mãe/cuidadora vai se produzindo a partir de discursos em torno de um ideal materno e toma para si a maior parcela de responsabilidade sobre o desenvolvimento da criança. Ela “incorpora” a função de proporcionar à criança o direito de se desenvolver, como se esse direito fosse legitimado por meio da sua persistência em atender expressamente às cobranças sociais.

Essa parcela de responsabilidade é intensificada a partir de modificações sociais em torno da própria educação, quando os hábitos educacionais passam da mera aprendizagem cotidiana exercida no ambiente doméstico à escolarização maciça da infância. Isso lança à família a incumbência da vigilância sobre os processos educacionais de seus filhos e esta vigilância recai mais intensamente sobre a mãe quando, no final do séc. XVIII e durante o séc. XIX, há uma valorização dos laços afetivos em torno da figura materna. A sua participação frente à escola é evocada por todos os especialistas da educação e esses saberes exercerão enorme poder para a legitimação da responsabilidade da mãe sobre o *bom* desenvolvimento do filho. Assim como já foi possível vermos anteriormente na fala de uma mãe/cuidadora especial, esse senso de responsabilização – pela família como um todo - produz parâmetros de conduta e julgamento. Então, a julgar pelo próprio imaginário a mulher se identifica como o membro da família que precisa abdicar de si, ou a criança terá ameaçadas suas chances de se desenvolver de modo satisfatório.

*“Eu tinha muitos sonhos projetados quando era mais jovem e acabei deixando tudo pra trás quando ela nasceu **assim**. Me arrependo de ter abandonado tudo, mas eu tinha que deixar pra trás, pois todos os profissionais dizem que é importante a família participar, então eu preciso me doar inteira pra ela.” (Tulipa) (grifo meu)*

Contudo, embora os especialistas recomendem a participação da *família*, é a mulher que se sente responsabilizada e se coloca a frente de qualquer outro membro, pois se considera a mais capacitada para tantas abdições e sacrifícios, especialmente quando a criança nasce diferente do que a família havia idealizado.

É possível perceber que além do peso dos valores dominantes e dos imperativos sociais, delinea-se outro fator significativamente importante na história do comportamento materno, cujo peso ajudou a instituir a *identidade doadora* da mãe/cuidadora. Esse fator é a constituição dos papéis sociais a partir das relações de gênero, que traduz na vida das mulheres uma naturalização de suas “tarefas femininas” em função de suas condições biológicas.

Com a saída das mulheres do espaço privado para o público, decorrente das guerras mundiais, da industrialização e do movimento feminista, surgiram novas discussões e redefinições de papéis sociais, cujo gênero foi tomado como ponto de partida para essas discussões. Articulando-se às questões de gênero e a um caráter natural em torno da feminilidade produziu-se um discurso de que os cuidados com uma criança caberiam à mulher, pois essa tarefa se daria de uma forma natural, uma vez que a mulher, por natureza, possuía o dom de gestar e parir.

É nesse sentido, de perceber a flexibilidade das identidades, que podemos atribuir à história e aos regimes de verdade enunciados ao longo dela essa capacidade de transformação, pois se antes o desapego materno e a falta de dedicação se inscreviam na identidade feminina, hoje a mentalidade inversa é narrada quase como uma redundância. E se hoje a mãe é figura essencial ao desenvolvimento do filho e ou a mulher aos cuidados da criança, imaginemos esse papel elevado a máxima potência ao tratarmos do cuidado de crianças com deficiência. É o que pensaremos a partir de agora.

## 2.2. O cuidado feminino/materno no registro da deficiência

Durante o período de contato com o grupo de cuidadoras, diversas representações em torno do ideal feminino/materno se mostraram presentes no imaginário daquelas mulheres<sup>16</sup>. Isso retratou como as mães/cuidadoras são

---

<sup>16</sup> As mães/cuidadoras especiais exercem diferentes papéis: mãe, tia, avó, babá, madrinha, mas atendem todas a uma mesma condição: são mulheres que se encontram num espaço de atendimento especializado por se constituírem como responsáveis pelo desenvolvimento e progresso de suas crianças. Todas elas se referem às crianças atendidas no projeto como sujeitos dependentes e a figura feminina é apontada como aquela em condições ideais para atender às necessidades dessas crianças. No caso da ausência da mãe, outras mulheres da família acabam assumindo os cuidados para com esse “sujeito dependente”. Isso nos indica como, no discurso dessas mulheres, há uma concepção idealizada sobre a maternidade, fazendo com que elas, docilmente, aceitem se sujeitar às leis da natureza.

chamadas a exercer uma função que se produz numa racionalidade de imanência das chamadas atribuições femininas, a qual se faz referência no título que deu nome a este capítulo. Como já vimos na sessão anterior, a mulher vem sendo produzida por discursos que, historicamente, vem narrando-a como o centro da família, como a figura consagrada pela capacidade natural de abdicar e amor incondicional e esses discursos operam de forma a disciplinar a atuação dessas mulheres diante da criança. Um dos principais aspectos para pensar o poder disciplinar aqui é perceber este mecanismo enquanto sanção normalizadora.

Tal como Foucault afirma, a disciplina, na sua forma hierarquizada e funcional, estabelece uma simetria crescente entre poder e produção, pois quanto mais poder se exercer sobre os indivíduos, maior será a sua produtividade. Nessa lógica, quanto maior o cuidado exercido pela mulher diante da criança, maior será a segurança de um desenvolvimento pleno e uma vida produtiva. Por isso, a mãe/cuidadora busca o menor afastamento possível com os ideais estabelecidos para a *boa mãe*, pois não quer se distanciar das normas que regem a sociedade. O castigo disciplinar segue uma característica bem peculiar e tem a função de reduzir os desvios: "a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*" (Foucault 1999b, p. 153).

Essa função disciplinar do poder faz aumentar a utilidade dos indivíduos e os encaminha à elevação da moral pública (Foucault, 1999b). Daí a busca das mães/cuidadoras especiais pela aproximação com os ideais de *boa mãe*, pois o distanciamento da norma já foi marcado por terem gerado filhos anormais, por isso, ao menos como mães/cuidadoras, devem ser exemplares, sem falhas. Assim, pode-se perceber como "o poder disciplinar tem como efeito um poder que, em vez de se apropriar e retirar tem como função maior *adestrar*, ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor" (Foucault 1999b, p. 143)

Evidencia-se não somente um caráter pessoal, mas coletivo no sentimento de muitas mulheres em relação a um modelo ideal de maternidade/cuidado e elas se sentem julgadas aos olhos da sociedade, por isso buscam a todo instante a maior aproximação possível com esse ideal. Nesse contexto, a deficiência produz como efeito a constituição de uma racionalidade do cuidado baseada na culpabilidade e no

---

gerenciamento do risco<sup>17</sup>, na medida em que a mãe/cuidadora especial segue a lógica de que se recebeu em sua vida uma criança com deficiência é porque “deve” ter capacidade para gerir a vida desse sujeito.

Esse sentimento de “dever” está, em grande parte, atrelada a uma natureza inventada estrategicamente dentro de momentos específicos da história, pois se antes, na Antiguidade, as crianças com deficiência eram narradas como personificações do demônio ou mesmo sacrificadas à morte, hoje, para muitas famílias, essa imagem segue outra racionalidade. Ter no seio de sua família uma criança com deficiência significa que a dose de cuidados e dedicação deve ser redobrada, e mais ainda, significa que caberá à mulher zelar pelo desenvolvimento pleno desse sujeito, sob uma espécie de condenação e ou redenção.

Toda essa representação de doação incondicional a que a mulher está sujeitada se inscreve, em grande parte, num regime de culpa, ideia narrada, por exemplo, na teologia e que até hoje ecoa no imaginário social feminino. O próprio texto da Gênese apareceu carregado de conseqüências para a história da mulher, quando a narrou como a responsável pelo pecado, a desobediente – por ter comido o fruto proibido e, por conseqüência, a amaldiçoada, quando teve lançada sobre si as palavras que sabemos de cor: “Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor parirás teus filhos.”

Condicionado por todos esses discursos o mito da culpa domina o imaginário e as emoções das mulheres, especialmente aquelas que se vêem diante de uma criança com deficiência e muitas delas nem questionam quem instituiu para a mãe/cuidadora especial esses deveres: *“Eu só sei que ele precisa de mim, meu marido ajuda até, mas não sabe direito cuidar de uma criança como o R., então só me resta dar tudo de mim” (Dália)*. Na fala seguinte essa mãe/cuidadora especial evidencia o sentimento de culpa, se colocando numa situação de dívida para com o marido, como se ele pudesse cobrá-la por não ter gerado uma criança “normal”: *“Meu marido nunca me cobrou nada, mas às vezes sinto que ele gostaria que o R. fosse normal” (Idem)*.

Os mitos da mãe/cuidadora ideal e da culpa atravessam os percursos das mães/cuidadoras especiais configurando uma caracterização que as torna mais culpáveis do que mães/cuidadoras comuns, dada a situação da deficiência de seus

---

<sup>17</sup> Esse conceito será discutido no próximo capítulo, ao tratarmos do gerenciamento das condutas das mães/cuidadoras especiais a partir das práticas de orientação familiar.

filhos, pois a deficiência é percebida como uma falha ou expiação da própria mulher. É possível perceber esse sentimento de culpa em diversas falas das mães/cuidadoras especiais:

*“Hoje eu compreendo a vida com outros olhos, porque sei que sou uma mulher forte, senão ele (o filho) não teria vindo pra minha vida. Isso que me manteve em pé.” (Rosa)*

*“Num primeiro momento eu não aceitei, não queria acreditar que ela tinha nascido assim, [...] mas se veio pra mim é porque eu tinha que passar por isso, né”. (Tulipa).*

*“eu senti o mundo desmoronar sobre mim. Achei que não suportaria tanta pressão e naquele momento pensei em Deus e me perguntei: por que eu? Algo ele queria me dizer com aquela criança.” (Bromélia)*

Nesse sentido, a mulher que se vê diante de uma criança com deficiência toma para si essa parcela de culpa e assume uma sobrecarga muito mais em função dessa culpabilidade do que propriamente em função da criança. É importante perceber que, dentro de diversos discursos sobre a maternidade e o cuidado, essas mulheres se produzem tomando emprestada uma legitimidade sobre certos modos de ser mãe/cuidadora que passam a ter maior valor social, efeito que justifica, por exemplo, a designação produzida pelo grupo de cuidadoras do projeto em que esta pesquisa se efetivou: *“já que nossos filhos são especiais, vamos nos chamar de mães especiais, porque não somos mães comuns, temos que fazer tudo em dobro, com muito mais dedicação, somos super-mães” (grupo de cuidadoras do NEPES)*. Esse efeito surge quase que sob uma forma de compensação ou até mesmo justificativa, quando falam que não são “mães comuns” e, mais ainda, quando se consideram “super-mães”.

Nessa conjectura, é possível perceber os efeitos de uma relação de forças que produz novos saberes. Isso significa entender que as relações de poder, que têm o indivíduo como seu efeito, embora pareçam inevitáveis, não são fixas; o poder se mostra persistente, mas instável, pois embora não haja escape da existência de relações de poder, é possível instituir outras. Foucault (2005b) afirma que tão inevitáveis quanto as relações de poder, são as relações de resistência, pois onde há poder há sempre focos de resistência, para ele “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e

segundo uma estratégia precisa” (Ibid, p. 241). Foucault (Id.) ainda nos traz a compreensão de que a história pode ser analisada a partir das lutas, táticas e estratégias empreendidas por procedimentos anônimos e, nesse contexto, as linhas de resistência afirmam a insurreição de saberes desqualificados, hierarquicamente inferiorizados. Esses novos saberes surgem, em princípio, como fissuras, rompendo unidades e traçando novos agrupamentos.

Meyer (2006) propõe uma ideia interessante quando aponta que

é na conexão- provisória e historicamente situada – de diferentes discursos sobre a maternidade ou de alguns de seus elementos que se materializa a produção de outro discurso, aparentemente unitário, sobre “a” maternidade [...] (2006, p.84)

É nesse jogo que podemos perceber, a partir da designação dada pelas mães/cuidadoras, seja ele: “mães/cuidadoras *especiais*”, a emergência de um elemento discursivo de uma maternidade específica: aquela exercida diante de crianças com deficiência. Uma maternidade que exige mais do que o mero cumprimento do papel de mãe, pois as mães/cuidadoras especiais precisam “compensar” a anormalidade da criança com uma vida de resignação e renúncias, como evidencia o desabafo de uma dessas mulheres: *“Como eu queria jogar tudo para o alto e sair sem rumo e sem hora pra voltar, sem compromisso com nada”*. Mais adiante ela continua: *“mas o que eu queria mesmo era que minha filha andasse, para eu poder ter uma vida tranqüila, noites e noites de sono”*.

O que implica aqui é uma relação de forças que faz com que a mulher, mesmo insatisfeita com determinada situação, se enrede num processo de aceitação e autopunição. É essa disciplinarização que distribui os sujeitos no espaço e estabelece mecanismos de controle das atividades, tornando, assim, internalizado o poder disciplinar:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição (FOUCAULT, 1999b, p. 179).

Esse sentimento de sujeição, de aceitação, opera sob um poder tão sutil que, quase de maneira automatizada, um quadro de contentamento e abdicação se instaura. Ao relatarem o forte impacto emocional que sofreram ao tomar conhecimento da condição do filho, uma grande dificuldade foi lidar com a sensação da perda de suas idealizações de serem mulheres completas, que geram crianças "perfeitas". A maior das dificuldades foi justamente "ter que aceitar" a sobrecarga da iminência de sonhos e projetos profissionais abdicados.

*"Quando ele nasceu parei de trabalhar. Não é que me arrependa de ter casado e ter tido filhos, mas gostaria de ter continuado na minha profissão. Amo meu filho, mas confesso que abri mão de várias coisas para estar sempre do lado dele." (Bromélia)*

Narra-se, então, a mãe como a maior responsável pelo desenvolvimento de seus filhos, especialmente aqueles com deficiência. Isso implica perceber a representação cultural que disciplina os comportamentos esperados para essa mulher no contexto das relações sociais, ressaltando aqui uma normatividade nas relações estabelecidas entre a própria educação e a família, vide o discurso generalizado em escolas e instituições especializadas de que "quase todas as situações são contornáveis desde que haja o empenho e a vontade da mãe" (MEYER, 2002, p. 14).

*"ela é super estimulada, segunda e quinta ela vem aqui no NEPES, terça e sexta ela vai na fisio. E as professoras disseram que precisamos arrumar um lugar pra ela fazer fono. E eu vou procurar, porque faço tudo por ela, o possível e o impossível". (Girassol)*

Essa mãe/cuidadora, mesmo diante da dificuldade em encontrar tanto espaços de atendimentos disponíveis, quanto tempo para levar a criança, considera essa jornada tão importante quanto intransferível, ou seja, é ela quem precisa fazer o "possível e o impossível" para conseguir dar conta de sua tarefa, caso contrário sua imagem de *boa mãe/cuidadora* será posta em julgamento. Esses julgamentos podem ser vistos como reflexos das práticas do século XIX, quando era impossível conceituar mães boas e más, não existia um grau intermédio, as mulheres ou eram consideradas boas ou incapazes e indignas (BADINTER, 1980).

Nesse processo de auto-avaliação, podemos perceber como a racionalidade do cuidado de crianças com deficiência disciplina formas específicas de atuar como mãe/cuidadora especial, dentro de um regime de verdade de um determinado tempo e contexto social, inserido num discurso que produz condutas específicas para estas mães/cuidadoras. Assim, "quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo uma 'realidade', instituindo algo como existente de tal ou qual forma" (COSTA, 2000a, p. 77)

Essa forma disciplinar parece invisível, mas ao mesmo tempo impõe aos que submete um princípio de visibilidade quase que obrigatória.

*"Quando meu filho era bebê fui muito cobrada, tinham expectativas e achavam que ele não melhoraria. Mas eu não desisti nunca, embora as vezes me sentisse cansada. Como ele dependia de mim não podia desistir, e se ele tivesse mais uma pneumonia, quem iria cuidar?" (Rosa)*

A maneira como a mulher toma para si a responsabilidade de cuidadora é incontestável, pois se narra como a única com capacidade para exercer esse papel. O pai ocupa um papel secundário, sem uma definição dentro desses contextos de cuidado, como é possível perceber na fala acima, quando a pergunta quase irônica da mãe desqualifica qualquer outra pessoa para cuidar da criança. Toda essa cobrança imposta pela própria mulher sobre si vem sendo inscrita em vários momentos estratégicos da história, fazendo emergir esses sentimentos de responsabilidade e autocontrole. Os discursos implicam a construção de saberes e a produção de verdades normatizadoras e, nessa esfera, os sentidos são produzidos amarrados aos aspectos construtivos da linguagem. Segundo Fischer (2001) as coisas ditas são amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo.

Daí que o conceito de prática discursiva, para Foucault, não se confunde com a mera expressão de idéias, pensamentos ou formulação de frases. Exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras, e expor as relações que se dão dentro de um discurso. (Ibid, p. 204)

Assim, podemos dizer que a prática discursiva, por exemplo, de especialistas que designam características e papéis para a mãe/cuidadora, enquanto prática social específica, produz significados, sentidos e poder. Nesse contexto, as práticas de orientação familiar exercidas pelo especialista podem ser percebidas como

efeitos produtivos de um poder autorizado e sutil. Isso porque, na medida em que essas mulheres tomam os aconselhamentos do *expert* como regimes de verdade, elas têm suas condutas governadas e, como veremos a partir de agora, sua postura de mãe/cuidadora “especial” é, então, sancionada.

### CAPÍTULO 3 – A PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO

*“As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras.” (Larrosa, 2001)*

Até aqui vinha detendo o potencial desta escrita às formas como as mães/cuidadoras especiais vem (se) produzindo historicamente por discursos que operam para a constituição de uma racionalidade da imanência dos cuidados femininos/maternos, especialmente no registro da deficiência. Nesse contexto, considero importante, tendo tomado como um dos objetivos desse estudo, pensar, além da emergência do conceito de maternidade, alguns discursos acionados dentro do campo de saber da educação especial que colocam em funcionamento práticas de governo dessas mães/cuidadoras especiais. Para tanto, me proponho, neste capítulo, problematizar as práticas de orientação familiar como uma estratégia de governo das condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência.

Conforme Donzelot (1986), a partir do século XVIII, os indivíduos que viviam sem vínculos familiares constituíam um motivo de preocupação para o estado, especialmente dentro do pensamento político liberal daquele momento, quando a família passava a ser vista como uma importante aliada para assegurar a ordem. Esse período foi marcado por uma “passagem de um governo das famílias para um governo através das famílias” (Ibid. p. 86). No entanto as famílias não conseguiram conter todos os seus membros e houve um aumento considerável de pobres. O governo então, tenta resolver a questão dos problemas como a pobreza e a desordem sem interferir em outros processos, como na economia, baseada nas liberdades. A solução encontrada foi a filantropia, cujo entendimento não deve se dar sobre:

um termo ingenuamente apolítico que significa a intervenção privada na esfera dos então denominados problemas sociais, mas deve ser considerada como uma estratégia deliberadamente ‘despolitizante’ para estabelecer serviços e facilidades públicas num ponto a meio caminho entre a iniciativa privada e o estado.” (Ibid, p.55)

Essa estratégia resultou na formulação de leis normalizadoras e possibilitou a intervenção no espaço social sem desvirtuar o caráter liberal do estado. Assim, a filantropia atendeu a um mecanismo de poder bastante produtivo, pois seu efeito não foi uma imposição violenta, ela recorreu a estratégias mais delicadas e eficientes (DONZELOT, 1986).

Mais adiante, no final do século XIX, começam a surgir diversas profissões novas no âmbito da categoria dos “serviços sociais”. A intervenção desses profissionais se dava no âmbito das classes desfavorecidas e o foco da atuação se voltava para os problemas da infância; a estratégia de atuação dos especialistas era a prevenção e se baseavam num estudo detalhado das causas dos problemas (DONZELOT, 1986). Segundo Donzelot (1986), “o trabalho social dependeria do conhecimento psiquiátrico, sociológico e psicanalítico como apoio, na esperança de evitar o drama da ação policial substituindo o braço secular da lei pela mão estendida do educador.” (Ibid, p.97)

Nesse sentido, as proposições sobre as necessidades contemporâneas fizeram emergir uma variedade de *expertises* que deveriam estar a serviço de mecanismos que extraíssem, do corpo e das vidas dos sujeitos, a produção. O indivíduo passa a ser aquele que “deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo numero de qualidades, qualificar-se como capaz de trabalhar” (FOUCAULT, 1999a, p. 119). Apoiado a essa força normalizadora, teremos a governamentalidade<sup>18</sup> integrada pelos conhecimentos científicos, conforme Veiga-Neto (2002b) nos mostra ao apontar para o fato de que a criação desse “novo” governo foi possível graças ao surgimento de tipos específicos de conhecimento. De acordo com Foucault, o governo implica a utilização de estratégias para conduzir o indivíduo a certas posturas, que atendam a determinadas finalidades; “governar [...] é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (1995b, p.244).

A partir então da Modernidade as ciências passam a exercer a função de conhecer o sujeito para melhor governá-lo. Dessa forma, as *expertises* agem sobre

---

<sup>18</sup> Este termo é empregado, adotando a sugestão apresentada por Veiga-Neto (2002b), como tradução do neologismo foucaultiano francês *gouvernementalité*. A governamentalidade diz respeito ao governo, a ação de governar as ações alheias.

os sujeitos e sobre suas escolhas, através de verdades socialmente valorizadas e legitimadas pela ciência. Nessa direção, Silva nos explica que

as modernas formas de governo da conduta humana dependem, assim, de formas de saber que definem e determinam quais condutas podem e devem ser governadas, que circunscrevem aquilo que pode ser pensado sobre essas condutas e que prescrevem os melhores meios para torná-las governáveis (1995, p.191).

Ao pensarmos a questão da deficiência é possível pensarmos também a constituição de um regime de saber-poder sobre os sujeitos deficientes, isso é, um regime que defini os espaços para aqueles sujeitos que não estão no centro da normalidade. A constituição de um lugar para o deficiente visa produzir saberes e, dessa forma, administrar o estranho. A constituição de um campo de saber sobre o sujeito com deficiência possibilita que haja uma vigilância e um controle das condutas de tais sujeitos, tornando-os alvo de práticas disciplinares. Segundo Arnold (2007, p.47) busca pela ordem no contexto moderno exige, “primeiramente, entender que existe um conjunto de elementos a ser ordenado. Num segundo momento, é necessário criar saberes que dêem conta do que faz parte desse conjunto desordenado e de como pode ser organizado”.

É a partir da constituição desses saberes que os sujeitos são produzidos, pois o anormal só passa a existir ao ser posicionado em um lugar específico, ao ser narrado como tal, como é possível compreender a partir das palavras de Lunardi:

As noções de “anormais”, “deficientes”, “portadores de necessidades educativas especiais” não são entidades, não são em si ou ontologicamente isso ou aquilo, tampouco são aquilo que poderíamos chamar de desvios naturais a partir de uma essência normal; são identidades construídas nos jogos de linguagem e de poder e assumem os significados que elas têm. (2003, p. 110)

Assim, a definição do sujeito deficiente e a demarcação de lugares para ele constituiu a institucionalização da deficiência como uma das estratégias criadas para diagnosticá-lo e descrevê-lo, destacando aqui a necessidade da intervenção de determinadas áreas de saber, como a medicina e a pedagogia, que propunham, portanto, administrar e conduzir suas condutas e disciplinar seus corpos. De acordo

com Foucault (1999c, p.288), as técnicas disciplinares acionavam “procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade”.

Segundo Lunardi (2003, p.87), “a intervenção da medicina no campo educativo surge com mais ênfase a partir dos estudos do médico francês Pinel e de seus seguidores, Esquirol [...] e Jean Itard [...]”. A partir dessa ênfase, o trabalho desenvolvido pelo médico-pedagogo Jean Itard pode ser considerado como a grande abertura para as discussões no campo da deficiência e, portanto, para a invenção da Educação Especial no terreno das *expertises*, enquanto campo voltado à produção de saberes sobre os anormais.

É nessa direção, da “condução das condutas”, que as práticas de orientação familiar do especialista diante da mãe/cuidadora especial, serão tomadas como aquelas que colocam em andamento estratégias de saber e de poder que visam o governo de condutas femininas/maternas em relação às crianças com deficiência.

Os saberes legitimados pela *expertise* instituem regimes de verdades e conduzem, sutilmente, neste caso, as mães/cuidadoras especiais ao que chamarei de “pedagogização da maternidade”, tendo em vista a racionalidade do neoliberalismo, sobre a qual a produção de um sujeito gerente de si mesmo é uma das principais estratégias que movimentam o Estado neoliberal e maximizam a governamentalidade (VEIGA-NETO, 2000a).

Atendendo a essa racionalidade, o *expert* chama a família, em especial a mãe, a acompanhar de perto o desenvolvimento da criança, prescrevendo-lhe formas de agir diante da deficiência, orientando e instrumentalizando aquela mãe/cuidadora com saberes sobre a maternidade especial<sup>19</sup>. A orientação familiar denota, dessa forma, uma “descentralização” estratégica do saber “de modo que cada um pense que é livre para fazer suas escolhas” (VEIGA-NETO, 2000a, p. 1999). Busca-se com isso, a constituição de mães/cuidadoras autogovernáveis, como é possível compreender na fala da estagiária da educação especial, sobre a orientação familiar, como sendo

---

<sup>19</sup> Utilizo esse termo atendendo a uma analogia à designação produzida pelo grupo de cuidadoras, qual seja “mães/cuidadoras especiais”.

*“o diálogo que deve existir com a família, não com o intuito de “ensinar” como se deve agir, fazer ou cuidar do filho, mas com o objetivo de melhorar as possibilidades que o filho tem de crescer, amadurecer e tornar-se independente.” (Ágata)*

Ao tornar esses sujeitos autogovernáveis, a *expertise* gerencia o risco<sup>20</sup> e evita que as crianças deixem de comparecer aos atendimentos e ainda possam receber em casa, a complementação dos serviços oferecidos no projeto, assegurando, com isso, o desenvolvimento pleno desse sujeito. Com esse movimento, o governo da mãe/cuidadora especial se viabiliza através da própria criança, pois ela permite que a família seja vigiada ao mesmo tempo em que a própria mãe vigia. A fala de outra estagiária nos ajuda a melhor compreender esse raciocínio:

*É através da orientação familiar, que os profissionais orientam os pais sobre como estimular a criança, procedimentos e posturas que seriam importantes adotar com o filho em casa, pois o trabalho necessita ter uma continuidade com a família, para o melhor desenvolvimento da criança (Jade)*

Dessa forma, a orientação dirigida às mães/cuidadoras especiais pode ser vista como uma instrumentalização para que estas mulheres tenham suas condutas conduzidas na direção de uma doação integral às crianças. As orientações se inscrevem numa “pedagogia libertadora”, na qual as mães/cuidadoras especiais são dirigidas sob estratégias de governo tão sutis quanto produtivas.

*A mãe/cuidadora por muitas vezes torna-se a pessoa mais responsável e “guardiã” da pessoa com deficiência intelectual. Nestes casos, é importante a interação com o Educador Especial, pois este, como profissional poderá não somente mediar informações, mas conversar com esta mãe/cuidadora, de modo a conhecer melhor a realidade de seu aluno e assim, orientar, encaminhar esta mãe para melhorias na relação com seu filho (Ametista)*

É possível perceber como a “sensação” de liberdade concedida às mães/cuidadoras especiais pode produzir um efeito positivo, pois na medida em que estas mulheres acreditam que são orientadas para constituir uma certa *expertise*

---

<sup>20</sup> Esse conceito será trabalhado de forma mais detalhada na subseção a seguir.

sobre a maternidade especial, passam a considerarem-se sujeitos autônomos, o que talvez não percebam é que, por serem conhecedores de suas tarefas, também passam a se tornar sujeitos autogovernáveis. Daí a ideia apenas da “sensação” de uma liberdade.

Entendendo o exercício do poder como uma “questão de governo” e que o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, (FOUCAULT, 1995c, p. 244) podemos nos ligar a ideia de Foucault (Id) de que nas sociedades ocidentais modernas combinam-se, de forma sutil, tanto técnicas de individualização quanto procedimentos de totalização. Para o filósofo, “essas técnicas e procedimentos complexos e sutis é que permitiram o governo de si e dos outros e de um saber de governo” (Ibid, p. 236). Para pensar esses processos é interessante recorrer, antes, à ideia do poder pastoral, aquele que “supõe uma atenção individual a cada membro do rebanho” (Foucault, 1995c, p. 100). O poder pastoral exige o conhecimento das pessoas, de suas almas e ao tomar esse conhecimento do indivíduo, o pastor assegura sobre seu rebanho a salvação.

Nesse sentido, a metáfora do pastor pode ser utilizada para entender a pedagogização da maternidade especial como uma estratégia de poder sob o qual as práticas de orientação familiar se produzem, pois é importante que cada uma das mães/cuidadoras especiais “saiba” como acompanhar o desenvolvimento da criança sem necessitar do controle e a vigilância do projeto de atendimento especializado. Isso significará que essas mulheres não necessitam mais do olhar cuidadoso do pastor, pois elas mesmas se regulam.

Segundo a estagiária da educação especial a proximidade com a família assegura que a mãe/cuidadora especial desempenhe de forma mais eficiente os cuidados com a criança e ressalta que as orientações *“possibilitam à família uma maior compreensão do que está acontecendo com o desenvolvimento de seu filho”* (Ágata). Da mesma forma, também estarão asseguradas as condições necessárias para governar as mães/cuidadoras especiais e, conseqüentemente, assegurar o risco de a *expertise* não obter “bons resultados” sobre a intervenção pedagógica que realiza diante do seu aluno, pois *“é importante que o profissional esteja próximo da família do aluno, podendo assim reconhecer causas e conseqüências das atitudes, expressões e sentimentos do aluno”* (Idem).

Além disso, o *expert* também busca conquistar o reconhecimento de sua competência na medida em que se utiliza da linguagem formal da ciência e a

transforma em linguagem pública, produzindo um discurso sobre os saberes da educação especial e legitimando seu poder por meio desse saber. Segundo Hall, o discurso

fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (1997, p. 29).

Neste caso, o especialista da educação especial, na busca por um reconhecimento que dê maior visibilidade a seu poder, fala sobre seus saberes, pois “a referência ao saber possui uma função legitimamente indispensável na medida em que dá uma caução científica a um julgamento normativo” (CASTEL, 1987, p. 108). É possível perceber essa busca por uma “caução científica” nas falas das estagiárias:

*“quando se diz educador especial, está se fazendo referência ao profissional que estuda, conhece, questiona áreas relacionadas a educação especial [...] Um profissional especializado para trabalhar com as diferenças, sejam elas físicas, mentais, de aprendizagens, raças, nível social, mas que estejam ligadas à exclusão social e/ou inclusão” (Ágata)*

*“não somos apenas um professor com qualquer outra formação em licenciatura que trabalha com educação especial, e sim somos educadores especiais por formação e precisamos ser reconhecidos como tal” (Jade)*

*“quando, enuncia-se Educador Especial, apresenta-se alguém que é graduado” (Ametista)*

Como podemos ver, o discurso produzido pela *expertise* produz, sobretudo, efeitos de verdade que buscam funcionar em um espaço a partir do qual o saber do educador especial seja colocado em movimento. Ao se designarem *experts* da educação especial, colocam em funcionamento a operacionalidade de “dispositivos de tradução das autoridades para os indivíduos” (MILLER & ROSE, 1993, p. 93), assim, o especialista governa as condutas da mãe/cuidadora especial “não através da coerção, mas através do poder da verdade, a potência da racionalidade e as promessas sedutoras da eficiência” (Id, Ibid). Na fala a seguir, podemos perceber a importância de estabelecer uma legitimação científica ao campo de saber da educação especial: “para o trabalho efetivar-se de maneira satisfatória, o educador

*precisa conhecer as deficiências e o que elas implicam” (Jade). A não legitimação desse campo e desse profissional como detentor de um saber científico, pode significar a falta de reconhecimento da eficiência de seu trabalho.*

Os discursos em torno do educador especial manifestam saberes e estabelecem uma relação do saber com o poder e os efeitos dessa relação podem ser percebidos quando o especialista diz que o educador especial atende a um status diferenciado, pois aquele que é somente *“professor de educação especial me parece ser só um profissional que dá aulas para deficientes” (Granada)*. Mais adiante ela confirma essa diferença de status: *“sinto essa limitação existente nas nomenclaturas que se referem a nossa profissão. Posso estar equivocada, mas é o que eu sinto, uma certa diferença de papéis e atuações.”* É nessa direção que “o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder (FOUCAULT, 2005b, p. 142).

Nessa malha da legitimação da *expertise* é que se operacionalizam as estratégias de orientação familiar como forma de governar as condutas da mãe/cuidadora especial, pois na medida em que o saber é autorizado, tem-se o poder operando na mesma rede. Segundo Miller & Rose "O governo funciona através dos sujeitos" (1993, p. 92) que devem ser aliados "chave" na eficácia da implementação dos objetivos pedagógico do especialista. Nesse sentido, as práticas de orientação familiar, que têm como estratégia de funcionamento o poder conferido pelo saber da *expertise* da educação especial, governam as condutas da mãe/cuidadora especial de forma sutil, pois os indivíduos que a ele estão sujeitados o reconhecem como verdadeiro e seguem os aconselhamentos como forma de se enquadrarem numa maternidade eficiente.

Desse modo, a mãe/cuidadora especial torna-se parceira do especialista no que diz respeito aos ideais de cuidado/feminino materno no registro de deficiência. Esse movimento ocorre através do acionamento de estratégias de normalização e governo e, com isso, é possível perceber a operacionalidade de um mecanismo de controle do risco. É o que passo a discutir brevemente a partir de agora.

### 3.1. O especialista e a mãe/cuidadora especial: estratégias de união a serviço do gerenciamento do risco.

Para discutir, embora de forma breve, como são operacionalizados os mecanismos de controle do risco a partir da parceria estabelecida entre o especialista e a mãe/cuidadora especial, é importante compreendermos que os saberes são acionados no sentido de evitar a irrupção do risco, portanto, tanto o *expert* quanto a mãe/cuidadora especial deve conhecer para gerenciar. Daí a importância de pedagogizar a maternidade especial, para tornar a mãe/cuidadora especial uma aliada na ação dos saberes.

No mundo moderno a invenção e experimentação dos novos saberes tem por objetivo aumentar a segurança das populações, ou seja, diminuir-lhes o risco, o perigo e a crise e isso se dá pela própria naturalização da norma, ou seja, pela naturalização da administração de tudo que se distancia da normalidade e que, portanto, pode representar um risco para o ordenamento dos elementos que a compõe. Esse ordenamento dá-se por mecanismos de aproximação, comparação e classificação e assim a norma acaba se naturalizando e funcionando como uma matriz para as práticas de normalização dos sujeitos e administração dos riscos que ameaçam o “funcionamento” desses sujeitos em uma sociedade produtiva.

O conceito de risco emerge com a Modernidade e implica o cálculo de possíveis acontecimentos. Para explicar a probabilidade de determinados acontecimentos o risco precisa do saber, assim, será possível administrá-lo e preveni-lo. Portanto, o risco é um mecanismo de regulação, produzido através de estratégias preventivas. No entanto, os riscos precisam ser produzidos na eleição de fatores que representam probabilidades de irrupção desses riscos. Segundo Ewald (2000)

em si mesmo, nada é um risco, não existe risco na realidade. Inversamente, tudo pode constituir um risco; tudo depende da maneira como se analisa o perigo, como se considera o acontecimento.[...] Tecnologia do risco, a segurança é, em primeiro lugar, um esquema de racionalidade, uma maneira de decompor, recompor, ordenar certos elementos da realidade (p.88 e 89).

No contexto desse estudo, a noção de risco pode ser percebida pela responsabilização da mãe/cuidadora especial sobre a eficiência do desenvolvimento da criança. Essa responsabilização visa incentivar a mulher à uma dedicação quase

que total para que a criança tenha maiores chances de se desenvolver o mais próximo possível da normalidade, como é possível perceber na fala do especialista

*“Por vezes a família, por falta de orientação, comete falhas, ou melhor, “faltas”. Isso implica por vezes, no aumento de dificuldades para esse aluno, e até mesmo no surgimento de dificuldades que poderiam não fazer parte daquele momento da vida do sujeito.” (Ágata)*

Nesse sentido, a mulher recebe orientações para que possíveis falhas não aconteçam, ou seja, para que o risco seja gerenciado e a criança não seja acometida por qualquer dificuldade que a distancie da normalidade. Portanto, o risco tem estreita relação com a norma, pois representa um possível distanciamento e pode representar uma ameaça a qualquer indivíduo.

Esse mecanismo de parceria entre a mãe/cuidadora especial e o especialista pressupõe a constituição de poderes e saberes que partem numa direção contrária ao intervencionismo e atendem às demandas de uma racionalidade neoliberal, que visa construir um “sistema perfeito de prevenção” que seja capaz de dispensar tanto a repressão quanto a assistência. Pode-se pensar, assim, um tipo de governo que se faz à distância, no qual cada indivíduo mãe torna-se um parceiro ativo do especialista, pelo exercício de sua liberdade e responsabilidade de conquista de seu próprio bem-estar (ROSE, 2001).

Dentro dessa lógica neoliberal o sujeito pode ser percebido como aquele com mais ou menos riscos de ser acometido por dificuldades, então a responsabilidade por esse controle passa a ser do próprio sujeito. Nas palavras de Ewald

*a idéia do risco pressupõe que todos os indivíduos que compõem uma população possam ser afetados pelos mesmos males: todos somos fatores de riscos e todos estamos sujeitos ao risco. Isso não quer dizer que cada um faça correr e corra os mesmos riscos. Se o risco define o todo, cada indivíduo distingue-se pela probabilidade de risco que é a sua (Ewald, 2000, p.96).*

No atendimento educacional especializado, as crianças necessitam da intervenção de outros sujeitos que se responsabilizem por elas, assim, as mães/cuidadoras especiais serão essas figuras responsáveis pelo controle do risco e o seu saber passa ser fundamental para esse controle. De acordo com Saraiva

(2006), “o risco é uma forma de governar sujeitos ativos, que devem operar sobre si mesmos para minimizá-los. É uma tecnologia que promove o autogoverno e o domínio de si e que exige uma relação do ser-consigo” (p. 86). Essa relação de domínio de si, só é possível quando a mãe/cuidadora especial toma conhecimento dos saberes necessários para administrar o risco, como orienta o especialista: “*A conduta da mãe deve ser de uma mãe consciente, determinada e positiva, ela deve ter a consciência da deficiência do filho*” (Esmeralda), ou seja, o especialista deve orientar para instrumentalizar a mãe/cuidadora enquanto agente gerenciadora, “*colocar em cheque as ações que os pais devem ter perante a criança*” (Idem). Dessa forma, ao ter como aliada a figura da mãe/cuidadora, que saberá como controlar o risco em casa, o especialista também terá assegurada a eficiência de sua intervenção pedagógica sobre o aluno.

Os fatores de risco podem ser identificados a partir da análise do especialista, como a falta aos atendimentos, o não acompanhamento da família - em especial da mãe/cuidadora, o atraso no desenvolvimento esperado a partir do planejamento do professor, entre outros. Por isso, se torna necessário “unir forças” com a família em busca de um controle maior dessa “população”, ou seja, dos alunos atendidos no projeto de estimulação. Segundo o especialista, a mãe é uma importante aliada, pois “*naturalmente, ela fará o que lhe estiver ao alcance para oferecer bem estar ao filho*” (Granada). Nesse sentido, toma-se essa união como uma estratégia de acionamento dos mecanismos de controle do risco, pensando na possibilidade de segurança da população/alunos. Saraiva afirma sobre o risco que “ainda que esteja baseado numa norma, parece não estabelecer anormalidades e exclusões, parece ser uma tecnologia vinculada simplesmente à melhora da qualidade de vida.” (2006, p. 85)

Diante do exposto, é possível perceber como o especialista ativa estratégias de segurança para prevenir o risco de uma população, isso é, de seus alunos. Neste caso, o risco pode ser entendido como um mecanismo de regulação produzido através de estratégias preventivas, que tomam como ponto de partida a parceria entre a mãe/cuidadora especial e o próprio especialista.

Essas estratégias de “união” para administrar os riscos da criança com deficiência configuram a produção do governo das condutas femininas/maternas, pois as mães/cuidadoras especiais são aconselhadas e pedagogizadas a agirem de determinadas maneiras diante da criança, caso contrário, se essas mulheres não agirem da forma como o especialista as aconselha

a agir, os riscos elencados pela *expertise* podem se efetivar na vida da criança. Para Saraiva, o risco é

um lugar cada vez mais destacado na organização da vida, sendo tomado como um instrumento de governamento das condutas. A noção de risco está ligada aos acontecimentos suscetíveis de ocorrer a um grupo, distinguindo-se do perigo, entendido como uma ameaça objetiva individual. O risco é uma prática normativa: todos estão expostos ao risco, mas cada qual com sua probabilidade individual (2006, p. 85).

Desse modo, os discursos que circulam nas orientações familiares produzem a criança deficiente como uma população que precisa de intervenções que evitem situações de risco e para isso a participação da família, mais especificamente da mãe/cuidadora especial, é tomada como essencial, já que a própria criança não tem condições de se autogerenciar.

## PARA NÃO CONCLUIR

*“E se pensar e dizer está no plano das práticas, no contexto da própria vida, é possível, então, pensar outros pensares, dizer outros dizeres.” (Veiga-Neto, 2003, p. 7)*

*“Contudo, estar atenta à linguagem não significa pretender controlar seus possíveis efeitos ou pretender fixar-lhe o significado.” (Louro, 2007, p. 237)*

Por todas as razões apresentadas neste estudo, considero importante refletir sobre a temática da família e especialmente da mãe/cuidadora especial para perceber a necessidade de transformar os olhares sobre essa figura que é produzida e produz culturalmente a maternidade/cuidado e a condição de mulher na sociedade. Sendo “o olhar que botamos sobre as coisas que, de certa maneira, as constitui” (VEIGA-NETO, 2002a, p. 30) é inevitável perceber como, ao serem vigiadas pelo saber dos especialistas, as mães/cuidadoras especiais assumem condutas e comportamentos específicos que vão moldando e docilizando sutilmente suas mentes.

Cada vez mais as exigências em torno dessas mulheres assumem proporções maiores de dedicação, vide os progressos alcançados pela criança, reforçando a imagem de que quanto mais a mãe/cuidadora especial se dedica, mais a criança progride e, nessa lógica, a mulher tem suas condutas governadas a partir da sujeição ao saber científico do especialista. Pode-se observar então como o sujeito mãe/cuidadora especial é atravessado pela cultura e por relações de poder, que a afirma enquanto mãe/cuidadora e a faz permanecer sujeitada ante os discursos e acontecimentos históricos.

Cabe ressaltar, após essa discussão, que, sob um olhar geral, as crenças sobre a maternidade e os cuidados femininos são enunciadas como fenômenos tradicionais e naturais, as quais, por serem concebidas assim, se tornam engessadas e, de certa maneira, incontestáveis. Contudo, é possível compreender, com base na história da humanidade, que essas idéias podem ser consideradas recentes, pois a mãe/cuidadora, como conhecemos hoje, produzida por um discurso de “capacidade natural” ao sacrifício, amor incondicional e automático pelos filhos e sua completa satisfação nas tarefas da maternagem/cuidado, nem sempre foram dessa forma.

Portanto, a partir das ideias apresentadas, podemos perceber como a maternidade, bem como os cuidados exclusivos na maternagem, se inscrevem numa perspectiva cultural, uma vez que é construída e não instintiva. Trata-se de uma construção social e cultural que decide não só quem é responsável pelas crianças, mas também como criá-las, haja vista o discurso e as práticas discursivas de especialistas que governam essas formas de atuação para a mãe/cuidadora especial. No entanto, ao ideal de maternidade podemos acrescentar um grande número de outros ideais igualmente importantes, a despeito de uma natureza imposta, que vai de encontro com o que pode ser reproduzido como desejo.

Isso nos leva à direção de pensar a importância de exercitar o que Foucault nos deixa como principal legado, ou seja, a ideia de não darmos às coisas uma situação de conclusão, a ideia de podermos nos posicionar de outros modos. Implica aqui a oportunidade de romper com o gesso e propor outras formas de olhar e narrar o outro e a nós mesmos.

Podemos olhar para o poder de uma forma a entender que não há um único e verdadeiro significado para as coisas, tem de haver uma variedade de significados, discursos, microfísicas do poder para superar o drama da inabilidade cultural em reconhecer, aceitar e desenvolver performances que não são imediatamente constituídas como legítimas nos termos habituais propostos para a sociedade. Apreendendo este raciocínio operemos a partir da ideia de Corazza:

(...) o que funciona é exercitar a suspeição sobre a própria formação histórica que nos constituiu e constitui, e interrogá-la sobre se tudo o que dizemos é tudo o que pode ser dito, bem como se aquilo que vemos é tudo o que se pode ver (2002, p. 119).

Ao finalizar este texto, mas não meu pensar e minhas indagações, proponho atentarmos para a ideia formulada por Foucault, o qual aponta o discurso como uma prática que sistematicamente forma nosso agir (VEIGA-NETO, 2005). Nessa rede, o discurso pode tanto naturalizar contingências históricas em verdades universais quanto historicizar tais verdades em contingências. Então, penso que podemos, quem sabe, começar a tensionar as verdades impostas ao longo de uma história, não todas as verdades, mas ao menos aquelas que estão a atravessar os caminhos de cada um de nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARNOLD, Delci Knebelkamp. Dificuldade de aprendizagem em tempo de escola para todos. In: **In/Exclusão: nas tramas da escola**. LOPES, Maura Corcini, DAL'IGNA, Maria Cláudia (orgs). Canoas: ULBRA, 2007.

BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

BADINTER, E. **O amor incerto**. Lisboa: Relógio d'Água, 1980.

\_\_\_\_\_. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-histórica: uma Perspectiva Crítica em Psicologia. In: Bock, A. M. B., Marchina, M. G., Furtado, O. (orgs.) **Psicologia Sócio-histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, pp.15-35.

BRUNI, J. C. Foucault: o silêncio dos sujeitos. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo. (1): 199-207, 1.sem. 1989.

CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Tradução Celina Luz. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1987.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V.(Org). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

COSTA, M. V. O magistério e a política cultural de representação e identidade. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JÚNIOR, Celestino (Orgs.). **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. v. 3, São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. (org.). Mídia, magistério e política cultural. In: \_\_\_\_\_. **Estudos culturais em educação**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000a.

\_\_\_\_\_. Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. In: \_\_\_\_\_. (org): **Novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, C. L. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000b.

DONZELOT, J. **Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EWALD, François. Foucault e a norma. In: \_\_\_\_\_. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Vega, 2000.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/ 2001.

FISCHER, R. M. B. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, M. V. (Org.) **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONSCECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FONSECA, M. A. Normalização e direito. In: PORTO CARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert ; RABINOW, Paul. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias Del yo y otros textos**. Barcelona: Paidós, 1995c

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999b

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999c

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GORE, J M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-20

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15 – 46, jul./dez., 1997.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

KLEIN, M. **Rev. Bras. Educ.** vol.11 no.33 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução: João Wanderley Geraldi. Palestra proferida no 13º COLE-Congresso de Leitura do Brasil, realizado em Campinas/UNICAMP/SP, no período de 17 a 20 de julho de 2001.

LOURO, G. L. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: Veiga-Neto, A. (org.) **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre, Sulina, 1995.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em Revista. (Belo Horizonte) 2007;

LUNARDI, M. L. **A produção da anormalidade surda nos discursos da educação especial**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003

\_\_\_\_\_. **Gerenciar o risco, garantir a segurança e a normalidade: tríade da Educação Especial**. In: Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. v. 24, n. Especial. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006.

MACHADO, F. C. **A formação docente na racionalidade inclusiva: práticas de governo dos professores de surdos**. Santa Maria: UFSM, 2009. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

MARCELLO, F. A. **Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade**. In: Rev. Bras. Educ., no.29, Maio/Agost. 2005.

MEYER, D. E. **Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos**. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2002.

MEYER, D. E; SOARES, R. F. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MEYER, D. E. **A politização contemporânea da maternidade**: construindo um argumento. Revista Gênero: NUTEG, V. 6, N. 1; Niterói: EDUFF, 2006.

MILLER, P.; ROSE, N. Governing economic life. In: GANE, M.; JOHNSON, T. (Eds.). **Foucaults new domains**. Londres: Routledge, 1993.

PALLARES-BURKE, M. L. **Entrevista com Zigmunt Bauman**. Revista Tempo soc. vol.16 no.1 São Paulo June 2004

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma “dama”: A mulher, a carreira, e as relações familiares. IN: T. Féres-Carneiro (Org.), **Família e casal**: Arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T.(Org.). **Liberdades reguladas**: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30-45.

ROSE, Nikolas. The politics of life itself. in: **Theory, Culture & Society**. Vol. 18(6), London, Thousand Oaks and New Delhi: SAGE, 2001.

SARAIVA, K. **Outro tempos, outros espaços – internet e educação**. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação: Porto Alegre, 2006.

SILVA, T. T. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. SILVA, T. T. **Teoria Cultural e Educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Sujeito da Educação** – Estudos Foucaultianos. Petrópolis. Vozes. 2002.

VEIGA-NETO, A. **A ordem das disciplinas**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

\_\_\_\_\_. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V; CASTELO BRANCO, G. (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000a.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, M. (Org). **Estudos Culturais em Educação**. Porto Alegre: Ed Universidade. UFRGS, 2000b.

\_\_\_\_\_. Olhares. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 2002a.

\_\_\_\_\_. Governabilidade ou governamentalidade? In: RAGO, M.; ORLANDI, L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.) **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzscheanas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002 b. s.p.

\_\_\_\_\_. Nietzsche e Wittgenstein: alavancas para pensar a diferença e a pedagogia. In: GALLO, S.; SOUZA, R.M. (Org.). **Educação do preconceito**: ensaios sobre poder e resistência. Campinas: Átomo & Alínea, 2004.

\_\_\_\_\_. Foucault e a Educação. **Belo Horizonte; Autêntica, 2005.**

WINNICOTT, D.W. **Os Bebês e Suas Mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

	<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Comitê de Ética em Pesquisa - CEP- UFSM REGISTRO CONEP: 243</p>	
---	--	---	---

### CARTA DE APROVAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – (CONEP/MS) analisou o protocolo de pesquisa:

**Título:** Família e Educação: Um Olhar Sobre as Relações entre o Especialista e a Mãe/Cuidadora Especial.

**Número do processo:** 23081.015515/2009-01

**CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética):** 0286.0.243.000-09

**Pesquisador Responsável:** Maria Alcione Munhóz

Este projeto foi **APROVADO** em seus aspectos éticos e metodológicos de acordo com as Diretrizes estabelecidas na Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde. Toda e qualquer alteração do Projeto, assim como os eventos adversos graves, deverão ser comunicados imediatamente a este Comitê. O pesquisador deve apresentar ao CEP:

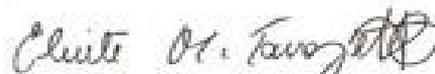
Janeiro / 2010 - Relatório parcial

Abril / 2011 - Relatório final

Os membros do CEP-UFSM não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores.

**DATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO:** 29/01/2010

Santa Maria, 29 de janeiro de 2010.



Elisete Medianeira Tomazetti  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-UFSM  
Registro CONEP N. 243.

## **ANEXO B – Autorização Institucional (NEPES)**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

### **AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Autorizo a acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, JALUSA OLIVEIRA DA SILVEIRA, a realizar sua pesquisa de mestrado com o grupo de cuidadoras do Projeto de Estimulação Essencial do NEPES – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da UFSM.

O trabalho de pesquisa sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Alcione Munhóz, pesquisadora responsável, se intitula “Família e Educação: um olhar sobre as relações entre o especialista e a mãe/cuidadora especial” e busca discutir as relações entre a educação especial e a família, mais especificamente entre o educador especial e as mãe/cuidadoras especiais de crianças com deficiência, atendidas no Projeto de estimulação Essencial do NEPES. Toma por objetivo analisar as relações de saber-poder estabelecidas entre família e especialista e o atravessamento dessas relações no governo do papel feminino na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência.

A acadêmica se compromete a preservar a privacidade dos colaboradores e concorda que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho e publicações científicas relacionadas à pesquisa.

Santa Maria, 04 de novembro de 2009.

---

Fga. Marlei Terezinha Mainardi

Responsável pelo NEPES e pela execução do  
Projeto de Estimulação Essencial

## **ANEXO C – Autorização Institucional (Coordenação do Curso)**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

### **AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Autorizo a acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, JALUSA OLIVEIRA DA SILVEIRA, a realizar sua pesquisa de mestrado com as acadêmicas do curso de graduação em Educação Especial, que encontram vinculadas ao Projeto de Estimulação Essencial do NEPES – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da UFSM, como estagiárias das crianças neste atendidas.

O trabalho de pesquisa sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Alcione Munhóz, pesquisadora responsável, se intitula “Família e Educação: um olhar sobre as relações entre o especialista e a mãe/cuidadora especial” e busca discutir as relações entre a educação especial e a família, mais especificamente entre o educador especial e as mãe/cuidadoras especiais de crianças com deficiência, atendidas no Projeto de estimulação Essencial do NEPES. Toma por objetivo analisar as relações de saber-poder estabelecidas entre família e especialista e o atravessamento dessas relações no governo do papel feminino na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência.

A acadêmica se compromete a preservar a privacidade dos colaboradores e concorda que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho e publicações científicas relacionadas à pesquisa.

Santa Maria, 04 de novembro de 2009.

---

Prof<sup>a</sup> Leandra Bôer Possa  
Coordenadora do Curso de Graduação em Educação Especial

## **ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (mães/cuidadoras)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Mães/cuidadoras)**

Título do estudo: **FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESPECIALISTA E A MÃE/CUIDADORA ESPECIAL**

Pesquisador responsável: **Profª Maria Alcione Munhóz**

Endereço: **Departamento de Educação Especial – Centro de Educação – UFSM.**

Telefone para contato: **(55) 3220 89 25 (55) 99993797**

Instituição/Departamento: **Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado**

Local da coleta de dados: **NEPES - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria**

**(Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas)**

Prezado(a) Senhor(a):

- Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, de forma totalmente voluntária, de modo a auxiliar no desenvolvimento de um estudo que busca discutir as relações entre a educação especial e a família, mais especificamente entre o educador especial e as mães/cuidadoras especiais de crianças com deficiência atendidas no Projeto de Estimulação Essencial do NEPES – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM.

- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.

- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: Discutir as relações de saber-poder e problematizar tais conceitos como construções sociais e históricas, analisando as relações de saber-poder estabelecidas entre família e especialista e o atravessamento dessas relações no governo do papel feminino na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa será de modo a auxiliar na discussão dos objetivos propostos cedendo ao pesquisador o diário que recebeu para realizar registros pessoais decorrentes dos temas por ele sugeridos no decorrer da pesquisa.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você. Porém trará benefício para as pesquisas sobre educação e mais especificamente sobre as relações entre a educação especial e as famílias de crianças com deficiência.

Riscos e desconfortos. Sua participação nesta pesquisa não representará qualquer risco de ordem legal, física ou psicológica para você. No entanto, poderá trazer algum desconforto emocional e ou fadiga ao realizar os registros pessoais no diário.

Confidencialidade. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. O nome real do sujeito da pesquisa não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Os sujeitos desta pesquisa serão apresentados por nomes fictícios.



## **ANEXO E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (estagiárias)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Estagiárias)**

Título do estudo: **FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESPECIALISTA E A MÃE/CUIDADORA ESPECIAL**

Pesquisador responsável: **Profª Maria Alcione Munhóz**

Endereço: **Departamento de Educação Especial – Centro de Educação – UFSM.**

Telefone para contato: **(55) 3220 89 25 (55) 99993797**

Instituição/Departamento: **Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado**

Local da coleta de dados: **NEPES - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria**

**(Garantia de acesso:** em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas)

Prezado(a) Senhor(a):

- Você está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista, de forma totalmente voluntária, a fim de imprimir posicionamentos que venham ao encontro dos objetivos propostos para esse estudo.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: Discutir as relações de saber-poder e problematizar tais conceitos como construções sociais e históricas, analisando as relações de saber-poder estabelecidas entre família e especialista e o atravessamento dessas relações no governo do papel feminino na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em ceder uma entrevista ao pesquisador a fim de auxiliar na discussão dos objetivos propostos nesse estudo.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você. Porém trará benefício para as pesquisas sobre educação e mais especificamente sobre as relações entre a educação especial e as famílias de crianças com deficiência.

Riscos e desconfortos. Sua participação nesta pesquisa não representará qualquer risco de ordem legal, física ou psicológica para você. No entanto, poderá trazer algum desconforto pessoal e ou profissional ao responder as questões da entrevista.

Confidencialidade. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. O nome real do sujeito da pesquisa não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Os sujeitos desta pesquisa serão apresentados por nomes fictícios.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_ estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, 04 de novembro de 2009

-----  
sujeito de pesquisa

-----  
Nº. identidade

Assinatura do

(Somente para o responsável pelo projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Santa Maria, 04 de novembro de 2009.

-----  
Assinatura do responsável pelo estudo

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:  
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP-UFSM  
Av. Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria – 7º andar – Campus Universitário – 97105-900 – Santa  
Maria-RS - tel.: (55) 32209362 - email: [comiteeticapesquisa@mail.ufsm](mailto:comiteeticapesquisa@mail.ufsm)

## **ANEXO F – Termo de Confidencialidade**

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: **FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESPECIALISTA E A MÃE/CUIDADORA ESPECIAL**

Pesquisador responsável: **Prof<sup>a</sup> Maria Alcione Munhóz**

Instituição/Departamento: **Universidade Federal de Santa Maria– Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado**

Local da coleta de dados: **NEPES - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria**

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos colaboradores cujos dados serão coletados dos diários das participantes mães/cuidadoras e através de entrevista gravada com as estagiárias do curso, no NEPES – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em educação especial da Universidade Federal de Santa Maria. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Centro de Educação, no armário da sala 3243B por um período de 4 anos sob a responsabilidade da Sr.<sup>a</sup> Maria Alcione Munhóz. Após o este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em ...../...../....., com o número do CAAE .....

Santa Maria, 04 de novembro de 2009.

---

Maria Alcione Munhóz

CI 2031535566